



# **Censo Demográfico 2022**

Composição domiciliar e óbitos informados

Resultados do universo

Presidente da República

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Ministra do Planejamento e Orçamento

**Simone Nassar Tebet**

**INSTITUTO BRASILEIRO  
DE GEOGRAFIA E  
ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente

**Marcio Pochmann**

Diretora-Executiva

**Flávia Vinhaes Santos**

**ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES**

Diretoria de Pesquisas

**Elizabeth Belo Hypólito**

Diretoria de Geociências

**Ivone Lopes Batista**

Diretoria de Tecnologia da Informação

**Marcos Vinícius Ferreira Mazoni**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

**José Daniel Castro da Silva**

Escola Nacional de Ciências Estatísticas

**Paulo de Martino Jannuzzi**

Ministério do Planejamento e Orçamento  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

# **Censo Demográfico 2022**

## Composição domiciliar e óbitos informados

### Resultados do universo



Rio de Janeiro  
2024

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

© IBGE. 2024

Em virtude da exiguidade do prazo disponível para o cumprimento do cronograma necessário à sua produção editorial, os originais referentes à presente publicação não foram submetidos aos protocolos formais de normalização e editoração, sendo esse conteúdo informacional disponibilizado apenas na Internet para atender, de forma mais tempestiva, às demandas dos variados segmentos da sociedade.

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	<b>6</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>7</b>
<b>Notas técnicas</b> .....	<b>8</b>
Fundamento legal .....	8
Sigilo das informações.....	8
Metodologia de coleta .....	9
Acompanhamento e controle .....	11
Geografia censitária .....	12
Âmbito da pesquisa.....	16
Conceitos e definições .....	17
Tratamento dos dados .....	22
<b>Análise dos resultados</b> .....	<b>29</b>
Composição domiciliar .....	29
Óbitos informados.....	43
<b>Referências</b> .....	<b>58</b>
<b>Equipe técnica</b> .....	<b>59</b>

# Apresentação

Com o lançamento desta publicação, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE traz a público mais uma divulgação temática do Censo Demográfico 2022, tendo como foco, nesta oportunidade, a composição domiciliar, baseada na relação de parentesco ou de convivência dos moradores com a pessoa responsável pelo domicílio, e a ocorrência de óbitos entre as pessoas moradoras de um mesmo domicílio.

No que respeita à composição domiciliar, são consideradas as características de idade, sexo e cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio, entendendo-se como tal aquela, de 12 anos ou mais de idade, assim indicada e reconhecida pelos demais membros, bem como informações sobre a presença de cônjuge e filho(s). Considerando-se como unidade doméstica a pessoa que morava sozinha, ou o conjunto de pessoas ligadas por relações de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que vivem em um domicílio particular, são também examinados o tamanho e a espécie das unidades domésticas (unipessoais, nucleares, estendidas ou compostas), a partir da condição de cada morador no domicílio.

Quanto à ocorrência de óbitos entre as pessoas moradoras de um mesmo domicílio, as informações se referem ao sexo da pessoa falecida, à sua idade ao falecer, bem como ao mês e ao ano de falecimento, e incorporam os óbitos correspondentes ao período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de julho de 2022, de forma a captar aqueles acontecidos antes e durante a pandemia de COVID-19.

Os dados ora divulgados contemplam os recortes Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios.

**Marcio Pochmann**

Presidente do IBGE

# Introdução

Na presente publicação temática do Censo Demográfico 2022, o IBGE aborda informações sobre a composição domiciliar, que se refere à relação de parentesco ou de convivência dos moradores com a pessoa responsável pelo domicílio, e sobre a ocorrência de óbitos entre as pessoas moradoras de um mesmo domicílio. Ambos os temas são provenientes do Questionário Básico, que contempla o universo da pesquisa.

A análise da composição domiciliar considera as características de idade, sexo e cor ou raça da pessoa responsável pelo domicílio, bem como informações sobre a presença de cônjuge e filho(s). Complementarmente, a partir da condição no domicílio de cada morador, as unidades domésticas são examinadas quanto ao seu tamanho e classificadas, segundo a espécie, em unipessoais, nucleares, compostas e estendidas. Cumpre realçar, no entanto, que esses dados não se referem às famílias, cujas estatísticas completas incluem outros quesitos, como nupcialidade e identificação de pai ou mãe no domicílio para todos os moradores, e são objetos de investigação no Questionário da Amostra da pesquisa.

A análise da ocorrência de óbitos entre as pessoas moradoras de um mesmo domicílio, por sua vez, contempla o sexo da pessoa falecida, sua idade ao falecer, além do mês e do ano de falecimento. Esse tema teve como objetivo permitir a comparação das informações obtidas no Censo Demográfico 2022 com as oriundas da pesquisa Estatísticas do Registro Civil, também realizada pelo IBGE, e do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM, do Ministério da Saúde, com vistas ao cruzamento com outras variáveis de natureza demográfica e socioeconômica coletadas na operação censitária. Para além do período de 12 meses antes da data de referência do Censo Demográfico 2022, considerou-se um total de 40 meses, de 1º de janeiro de 2019 a 31 de julho de 2022, de forma a captar os óbitos ocorridos antes e durante a pandemia de COVID-19, possibilitando verificar a sua variação entre as Unidades da Federação, por grupos de idade e sexo.

A seção **Notas técnicas**, a seguir, discorre sobre os principais aspectos metodológicos do recenseamento e apresenta os termos e conceitos considerados relevantes para a compreensão dos resultados. A seção **Análise dos resultados**, ao final, examina brevemente os resultados do universo do Censo Demográfico 2022 relativos a essas temáticas.

Esse conjunto de informações está disponibilizado em variados pontos de acesso no portal do IBGE na Internet, além do SIDRA, entre os quais o canal Panorama Censo 2022, a Plataforma Geográfica Interativa - PGI, bem como a página da pesquisa, que reúne múltiplos aspectos da execução da operação.

# Notas técnicas

## Fundamento legal

O Censo Demográfico 2022 foi desenhado e realizado com respaldo na legislação geral que regula os levantamentos das estatísticas nacionais, dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações, protege o caráter confidencial das informações coletadas e prevê a divulgação e a entrega de resultados à sociedade.

A execução do Censo 2022 obedeceu, ainda, a legislação que disciplina, no setor público, as ações de caráter administrativo, quais sejam: a contratação de pessoal temporário, a aquisição de bens e serviços e as dotações orçamentárias.

O recenseamento junto aos indígenas levou ainda em consideração os seguintes instrumentos legais:

- Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT;
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio;
- Decreto n. 1.775, de 8 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências;
- Decreto n. 10.088, de 5 de novembro de 2019, que consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal e que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil; e
- Decreto n. 8.750, de 9 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais e dá outras providências. Seu Art. 2º, inciso XV, estabelece como competência do Conselho “estimular a criação de ações para a melhoria de pesquisas estatísticas que visem a identificar e a dar visibilidade aos segmentos e povos e comunidades tradicionais, no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou de outros institutos, censos e pesquisas, e acompanhar o andamento destas pesquisas junto aos Ministérios e aos órgãos afins”.

## Sigilo das informações

A Lei n. 5.534, de 14 de novembro de 1968, dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e assegura o caráter sigiloso das informações prestadas ao IBGE. O texto do Art. 1º estabelece que toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou de direito privado que esteja sob a jurisdição da lei brasileira é obrigada a prestar as informações

solicitadas pelo IBGE, visando a execução do Plano Nacional de Estatística (previsto no Decreto-Lei n. 161, de 13 de fevereiro de 1967, Art. 2º, § 2º).

Além disso, o Parágrafo Único deste mesmo artigo oferece garantias de que as informações prestadas terão caráter sigiloso e serão usadas exclusivamente para fins estatísticos.

Observando ainda a Declaração de Princípios Orientadores Compartilhados para a Gestão de Informações Geoespaciais (ONU-GGIM), o IBGE adota procedimentos que visam proteger a confidencialidade da informação geoespacial que possa afetar negativamente um indivíduo, uma comunidade e/ou um Estado.

## Metodologia de coleta

O Censo Demográfico 2022 permitiu ao cidadão a possibilidade de participar por meio de três formas diferentes: entrevista presencial, por telefone ou autopreenchimento pela Internet. A entrevista presencial foi realizada pelo recenseador com o registro das respostas no Dispositivo Móvel de Coleta - DMC; as entrevistas por telefone foram realizadas pelo recenseador ou por um agente do Centro de Apoio ao Censo - CAC; já a coleta pela Internet foi feita por autopreenchimento do questionário ou utilizando auxílio de agentes do CAC.

A entrevista presencial correspondeu à maior parte (98,9%) das respostas do Censo 2022 com 72 433 841 questionários aplicados. Inserida no IBGE durante o Censo 2007, a entrevista pessoal assistida por computador - CAPI é realizada desde então com dispositivos móveis de coleta. Os DMCs receberam a lista prévia de endereços e tiveram uma intensa utilização de sistemas georreferenciados. Por estarem carregados com *chips* 3G e 4G, foi possível, pela primeira vez, a realização de transmissões diretamente dos DMCs para os *data centers* do Rio de Janeiro e de São Paulo. Caso não houvesse sinal das redes móveis, o recenseador tinha a possibilidade de transmitir os dados de qualquer lugar com conexão Wi-Fi. Os DMCs receberam configurações de forma remota por meio do *software* de gerenciamento MDM (*Mobile Device Management*, ou gerenciamento de dispositivos móveis), que dava alta produtividade à operação censitária. Associado ao MDM, foi introduzida mais uma inovação, o módulo Kiosk, um espaço reservado na memória do dispositivo onde foram instalados os aplicativos e bloqueada a inclusão de qualquer outra aplicação ou uso que não estivessem relacionados à operação censitária (música, jogos, *streaming*).

O DMC disponibilizava o aplicativo de coleta para registrar e armazenar as informações coletadas e nele estavam contidos:

- Mapa do Setor - representação gráfica do setor censitário;
- Lista de Endereços - listagem com todas as informações referentes aos endereços das unidades levantadas previamente e utilizada para atualização dos registros dos endereços;

- Questionário Básico - questionário com 26 quesitos, no qual foram registradas as características do domicílio e de seus moradores na data de referência. Aplicado em todas as unidades domiciliares que não foram selecionadas para a amostra;
- Questionário Ampliado (Amostra) - questionário com 77 quesitos, no qual foram registradas as características do domicílio e de seus moradores na data de referência. Inclui os quesitos do questionário básico somados a outros de investigação mais detalhada e foi aplicado em todas as unidades domiciliares que foram aleatoriamente selecionadas para a amostra;
- Formulário de domicílio coletivo - utilizado para registrar os dados de identificação do domicílio coletivo e listar as suas unidades com morador; e
- Relatórios de acompanhamento - resumo de informações da coleta e de questionários com pendências para facilitar o acompanhamento do trabalho do recenseador.

A autoentrevista assistida por computador - CASI foi uma inovação introduzida na operação censitária de 2010 e foi mantida para o Censo 2022. A possibilidade do preenchimento do questionário pela Internet procurou alcançar o informante que, embora disposto a participar do censo, optou por não fornecer as informações no momento da visita do recenseador. A opção de preenchimento do questionário pela Internet era registrada no DMC do recenseador com um código de identificação do domicílio e um tíquete eletrônico era gerado exclusivamente para aquele domicílio. O total de questionários realizados pela modalidade de autopreenchimento pela Internet foi de 410 598, o que correspondeu a 0,6% do total.

Pela primeira vez foi oferecida ao informante a possibilidade de responder o Censo por telefone. A entrevista por telefone assistida por computador - CATI foi utilizada pelos recenseadores com seus próprios dispositivos móveis de coleta. Também foi utilizada como modalidade de coleta oferecida pelos agentes da Central de Apoio ao Censo - CAC, tendo funcionado por meio do número 0800 721 8181, diariamente, das 8h às 21h30. No decorrer da operação censitária, o IBGE, com apoio da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, disponibilizou um serviço de atendimento telefônico via tridígito 137 (denominado “Disque Censo”), considerado um serviço de utilidade pública para todos os cidadãos que ainda não haviam respondido o Censo 2022. O total de questionários aplicados pela modalidade de entrevista por telefone foi de 412 598, equivalente a 0,6% do total de questionários.

O quantitativo total de questionários básicos foi de 65 463 616 equivalente a 89,4% do total de questionários aplicados e com tempo médio de preenchimento de seis minutos. O questionário da amostra foi realizado 7 793 421 vezes, o equivaleu a 10,6% do total de questionários e tempo médio de 16 minutos.

## Acompanhamento e controle

O Censo Demográfico 2022 contou com um amplo procedimento de supervisão, que teve como objetivo garantir a cobertura e controlar a qualidade dos dados da coleta ao longo de todo o período da operação. Com esse propósito, o IBGE criou procedimentos e funcionalidades capazes de avaliar, com precisão, as atividades realizadas pelos recenseadores nos diversos níveis geográficos, especialmente nos setores censitários, de forma a:

- Avaliar a qualidade do percurso realizado pelo recenseador durante seu trabalho de coleta, de modo a evitar problemas relacionados a falhas de cobertura de endereços no setor censitário;
- Avaliar a qualidade da cobertura dos endereços, a fim de que o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE fosse atualizado da maneira mais correta possível;
- Avaliar a qualidade de registro das espécies dos endereços, ou seja, verificar se a finalidade de uso dos endereços – domicílios e/ou estabelecimentos – foi corretamente definida pelo recenseador;
- Avaliar a qualidade de registro das informações dos domicílios (com ou sem moradores), respeitando a sua condição na data de referência (31 de julho de 2022), de modo a confirmar se havia moradores (nos Domicílios Ocupados) ou não (nos Domicílios Vagos ou nos Domicílios de Uso Ocasional);
- Avaliar a qualidade de registro dos moradores dentro dos Domicílios Ocupados, para a correta cobertura de pessoas nos Setores Censitários; e
- Avaliar o entendimento dos conceitos da pesquisa pelos recenseadores, por meio da confirmação de resposta de algumas perguntas dos questionários.

A verificação de campo executada pelo supervisor foi realizada a partir de revisitas a amostras de endereços para verificação de espécies e qualidade de cobertura, revisitas a domicílios ocupados para a conferência de informações de moradores (tanto na contagem, quanto nas respostas dos questionários), além de verificação da qualidade das coordenadas dos endereços registrados. Para tais procedimentos, foram criadas ferramentas carregadas no aplicativo de supervisão – pedidos de supervisão, relatórios e indicadores gerenciais – para a análise da coleta, de modo a tornar as tomadas de decisão mais ágeis e eficientes.

Todos os postos de coleta foram informatizados com *laptops* para o gerenciamento da coleta de dados. Foram construídos, para o Censo Demográfico 2022, diversos sistemas de controle que permitiam um acompanhamento do andamento da coleta em todo o território nacional, fornecendo às equipes de supervisão, nas Superintendências Estaduais e na Sede, no Rio de Janeiro, insumos para avaliar o conteúdo e eventualmente solicitar uma correção. O

gerenciamento da coleta passou a ser em tempo real, inclusive do deslocamento do recenseador pelo monitoramento das coordenadas.

O Sistema Integrado de Gerenciamento e Controle - SIGC foi responsável tanto pelo gerenciamento administrativo e operacional da coleta quanto pelo acompanhamento da qualidade e da cobertura. Além disso, possibilitou aos servidores do IBGE o acompanhamento do andamento da coleta em níveis nacional, estadual e municipal, por posto de coleta e por setor censitário. Serviu, também, como veículo para disseminar informações: nele eram divulgadas as notas técnicas, as orientações das Coordenações e procedimentos especiais que deveriam ser executados pelas equipes de campo.

Foi desenvolvido também um painel de informações denominado *Dashboard* do Censo 2022, voltado para o monitoramento centralizado da coleta (Sede, Coordenações Estaduais e de Área). Além dos principais indicadores relacionados ao andamento da coleta, o *Dashboard* forneceu informações comparativas de outros censos e diversos indicadores elaborados por especialistas temáticos que serviam de insumo para uma análise mais detalhada.

Outro avanço no que diz respeito a ferramentas de controle foi o monitoramento geoespacial da coleta, especialmente por meio da Plataforma Geográfica Interativa - PGI, que buscou apresentar diversas informações e indicadores relacionados à coleta em mapas interativos, também voltada para o monitoramento centralizado. Além das informações do Censo, a plataforma conta também com registros administrativos, como a base de dados da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e imagens orbitais de alta resolução, permitindo um acompanhamento e análise visual muito acurada da cobertura do Censo em todo o país.

Além de novos recursos tecnológicos, o Censo 2022 contou, pela primeira vez, com um comitê de avaliação para o encerramento da pesquisa. Criado em outubro de 2022, o Comitê passou a ser: Comitê de Avaliação e Qualidade da Coleta dos Municípios e teve como principal atribuição garantir que todos os 5 568 Municípios, o Distrito Federal e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, tivessem sido recenseados, validando ou questionando a cobertura realizada.

## **Geografia censitária**

Dada a dimensão e a heterogeneidade do território brasileiro, o preparo da operação censitária exigiu a identificação de questões relevantes de ordem técnica e operacional, com vistas a assegurar o adequado encadeamento das diversas etapas da operação. A Base Territorial foi atualizada de forma contínua desde o Censo 2010 com o objetivo de fornecer uma base gráfica de informações georreferenciadas com representações das estruturas territoriais (da divisão político-administrativa, cidades, povoados, agrupamentos indígenas e de muitos outros elementos espaciais) e integrada a um conjunto de cadastros alfanuméricos. Por meio dos bancos cadastrais e gráficos da Base Territorial, constitui-se a malha de setores censitários do IBGE. Para garantir que a coleta e divulgação dos dados estivessem coerentes com a divisão

político-administrativa vigente, o IBGE atualizou na Base Territorial os limites territoriais dos Estados e Municípios que foram comunicados oficialmente pelos órgãos estaduais e por decisão judicial.

Antes da operação censitária, e para apoiá-la, o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE foi atualizado de duas formas distintas: uma baseada na incorporação de registros administrativos como, por exemplo, os endereços do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e outra mais focalizada, apoiada em operações de atualização em campo. Segundo este procedimento, as unidades são visitadas pelo atualizador, que confirma aquelas já existentes no cadastro e inclui aquelas ainda não cadastradas que forem encontradas. Além do registro dos dados que localizam o endereço, seu trabalho também consiste em caracterizá-lo segundo a espécie, em categorias de domicílios ou estabelecimentos, e o tipo de edificação.

Além da Base Territorial e do CNEFE, o IBGE estruturou uma Base de Informações Operacionais de Setores Censitários - BIOS que levantou um conjunto de 140 mil registros de informação de relevância operacional para contribuir com o planejamento da operação censitária e facilitar o acesso dos agentes censitários aos domicílios. A BIOS reuniu informações que só podem ser captadas a partir de levantamentos realizados localmente, por meio de fontes diversificadas – órgãos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias, jornais, mídias diversas e a partir do próprio conhecimento dos servidores do IBGE que acompanham o cotidiano das agências. Os temas observados e coletados abrangeram questões variadas como: terras indígenas e territórios quilombolas, domicílios coletivos, improvisados, cortiços e condomínios de difícil acesso; além de situações de restrição de segurança e necessidade de logística especial de acesso ao setor.

Na etapa de reconhecimento do setor, fase anterior à coleta domiciliar, foi realizada a Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios constituída pelo levantamento sobre a infraestrutura urbana dos Municípios. Na maioria dos setores censitários a Pesquisa do Entorno foi realizada diretamente pelos supervisores, entre 20 de junho a 12 de julho de 2022, período anterior à coleta do questionário domiciliar. Esta etapa objetivou também uma avaliação das recentes atualizações do mapa do setor e, para isso, fez a identificação de logradouros (avenidas e ruas) com objetivo de apoiar na cobertura da coleta do questionário domiciliar, conhecendo-se melhor a realidade e os desafios de cada setor censitário. Nos setores censitários relacionados aos povos indígenas e comunidades quilombolas a coleta da Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios foi realizada apenas após a coleta domiciliar do Censo, garantindo-se que o primeiro procedimento realizado pelo IBGE junto às lideranças fosse a reunião de abordagem pelo recenseador.

Cabe destacar o papel fundamental da utilização das imagens orbitais como instrumento de apoio ao planejamento, monitoramento e controle da operação da coleta, bem como na atualização da malha de setores censitários e do cadastro de endereços. O uso de imagens de alta resolução com datas de aquisição recentes, permitiu a identificação de novas áreas de ocupação domiciliar, seja em áreas urbanas, rurais, favelas ou comunidades urbanas ou em

áreas ocupadas por populações de conhecida mobilidade espacial, melhorando expressivamente a cobertura da coleta e reduzindo ao mínimo a necessidade de verificação em campo. As imagens também possibilitaram os ajustes nos posicionamentos das faces de logradouros e o delineamento das linhas divisórias estaduais e municipais. O uso das imagens nos Dispositivos Móveis de Coleta, aliado ao Sistema Global de Navegação por Satélite - GNSS, facilitou e agilizou o trabalho dos recenseadores, permitindo visualizar sua posição, trajetos, linhas de face e outras informações sobrepostas às imagens.

## **Divisão territorial**

### **Adequação da coleta à Divisão Territorial Brasileira 2022**

Com o objetivo de compatibilizar a coleta censitária à Divisão Territorial Brasileira vigente na data de referência do Censo Demográfico, foi realizado procedimento de geoprocessamento para atualização da subordinação municipal dos endereços em áreas afetadas por limites atualizados e comunicados ao IBGE pelos Órgãos Estaduais competentes entre 01/05/2021 e 31/07/2022. O procedimento de adequação considerou a relação topológica existente entre as representações geoespaciais de acordo com a classificação de Situação territorial de cada Setor Censitário envolvido e com o padrão de registro dos endereços no CNEFE.

### **Divisão político-administrativa**

A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, todos autônomos nos termos da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

As Grandes Regiões figuram em legislações, portarias e planos nacionais com nomes diversos – Regiões, Macrorregiões, Complexo ou Sistema Macrorregional –, demonstrando, portanto, a importância de sua incorporação para a organização político-administrativa nacional. Cabe ressaltar que não se trata de um ente federativo autônomo, como o Distrito Federal, os Estados e os Municípios.

Nas tabulações e apresentações de dados do IBGE, os Estados e o Distrito Federal são chamados, em seu conjunto, de Unidades da Federação - UF.

### **Distrito Federal**

É a unidade autônoma onde tem sede o Governo Federal com seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Tem as mesmas competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios, e é regido por Lei Orgânica, sendo vedada sua divisão em Municípios.

Em 2022, Brasília era a Capital Federal.

## **Estados**

Os Estados são unidades federativas autônomas de maior abrangência territorial na organização político-administrativa do Brasil, compartilhando seu espaço geográfico com os Municípios. Organizam-se e regem-se por constituições e leis próprias, observados os princípios da Constituição Federal.

Em 2022, o Brasil era constituído de 26 Estados. A localidade que abriga a sede do governo denomina-se Capital.

## **Municípios**

Os Municípios constituem unidades federativas autônomas de caráter local cuja criação, incorporação, fusão ou desmembramento se faz por lei estadual. A criação de novo Município depende de consulta prévia às populações diretamente interessadas, através de plebiscito. O Município pode se subdividir territorialmente para fins administrativos podendo criar, organizar e suprimir distritos e outras estruturas territoriais legais, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do Estado.

A Malha Municipal que representa cartograficamente os territórios municipais para fins de pesquisas geográficas e estatísticas do IBGE é constantemente aprimorada diante da evolução das geotecnologias e da incorporação das atualizações de limites promovidas pelos Órgãos Estaduais competentes. Cabe destacar que não compete ao IBGE a definição e representação legal de limites territoriais, para outros fins que não a seus próprios relacionados à Geografia e à Estatística, conforme preceito constitucional contido no Art. 18 § 4º da Constituição Federal de 1988, que atribui a Estados e Municípios a responsabilidade nas questões referentes à divisão político-administrativa dos territórios sob sua jurisdição.

Os limites utilizados pelo IBGE durante a coleta do Censo Demográfico 2022, constantes nos insumos carregados nos Dispositivos Móveis de Coleta - DMCs, tiveram como referência a versão da Malha Municipal de 2021 que incorpora os ajustes comunicados pelos órgãos estaduais ao IBGE até 30/04/2021. As alterações de limites municipais comunicadas ao IBGE entre 01/05/2021 e 31/07/2022 pelos Órgãos Estaduais competentes estão publicadas na versão da Malha Municipal de 2022 e foram consideradas para os devidos ajustes nos resultados da divulgação da publicação dos Primeiros Resultados. A relação dos 174 Municípios alterados na Malha Municipal 2022 foi disponibilizada no Portal do IBGE junto aos Primeiros Resultados.

Para fins de divulgação dos primeiros resultados, considerando-se a necessidade de aderência à malha municipal 2022, foi executada uma etapa de correção da vinculação de endereços que se encontravam em áreas com alterações de subordinação político administravas entre 2021 e 2022. Essa etapa de tratamento foi realizada em ambiente de sistema de informação geográfica, considerando-se, conforme melhor aplicação, as coordenadas geográficas dos endereços e a sua vinculação aos setores censitários e às faces de logradouros, buscando-se a maior fidelidade possível às áreas de jurisdição de cada Município.

Em 2022, o Brasil era constituído de 5 568 Municípios, cinco deles criados após o Censo 2010. Para fins de divulgação estatística, os registros dos bancos de dados do IBGE incluem o Distrito Federal e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, totalizando, assim, 5 570 unidades.

## **Divisão regional**

### **Grandes Regiões**

As cinco Grandes Regiões, ou simplesmente Regiões, que constituem a Divisão Regional do Brasil são formadas por extensos blocos territoriais caracterizados pela dominância de certo número de traços comuns – físicos, humanos, econômicos e sociais – que as tornam distintas umas das outras. Oficializada por meio do Decreto n. 67.647, de 23 de novembro de 1970, a Divisão Regional em Grandes Regiões manteve a estrutura regional identificada na transição da década de 1960 para a década 1970 quase inalterada, modificando-se apenas com as alterações ocorridas no mapa político-administrativo brasileiro nas décadas posteriores.

As Grandes Regiões contêm os Estados e o Distrito Federal com a seguinte distribuição:

- Região Norte – Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Tocantins;
- Região Nordeste – Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia;
- Região Sudeste – Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo;
- Região Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e
- Região Centro-Oeste – Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

## **Âmbito da pesquisa**

O Censo Demográfico 2022 é uma pesquisa domiciliar e universal que abrange todas as pessoas residentes, na data de referência, em domicílios do Território Nacional.

As embaixadas, consulados e representações do Brasil no exterior são considerados Território Nacional, porém não foram incluídos no Censo Demográfico. Atualmente, a maioria dos funcionários brasileiros reside em domicílios fora das representações diplomáticas.

Os domicílios localizados no Território Nacional habitados por povos indígenas em situação de isolamento voluntário estão previamente definidos, por sua localização espacial, como fora do âmbito da pesquisa.

## Conceitos e definições

### Data de referência

O censo brasileiro adota o conceito de população residente ou “de direito”, ou seja, a população é enumerada no seu local de residência habitual, considerando todos os moradores dos domicílios particulares – permanentes e improvisados – e coletivos, na data de referência.

A investigação das características dos domicílios e das pessoas neles residentes teve como data de referência a meia-noite do dia 31 de julho para 1º de agosto de 2022. Portanto, de acordo com este critério, as pessoas nascidas após esta data não foram incluídas no Censo 2022, pois não faziam parte do conjunto de moradores do domicílio na data de referência. Já as pessoas falecidas após esta data foram incluídas, pois eram moradoras do domicílio na data de referência.

### Morador

É a pessoa que tem o domicílio como local habitual de residência e nele se encontrava na data de referência, ou que, embora ausente na data de referência, tem o domicílio como residência habitual, desde que essa ausência não seja superior a 12 meses em relação àquela data, em decorrência dos seguintes motivos:

- Viagens: a passeio, a serviço, a negócio, de estudos etc.;
- Afastamento de sua comunidade tradicional por motivo de caça, pesca, extração vegetal, trabalho na roça, participação em festas ou rituais;
- Internação em estabelecimento de ensino ou hospedagem em outro domicílio, pensionato, república de estudantes, visando facilitar a frequência à escola durante o ano letivo;
- Detenção sem sentença definitiva declarada;
- Internação temporária em hospital ou estabelecimento similar; e
- Embarque a serviço (militares, petroleiros).

Independentemente do período de afastamento do domicílio de origem, a pessoa é considerada como moradora no local onde se encontrava na data de referência, em decorrência das seguintes situações:

- Internada permanentemente em sanatórios, asilos, conventos ou estabelecimentos similares;
- Moradora em pensionatos e que não tinham outro local habitual de residência;
- Condenada com sentença definitiva declarada; e
- Migrou para outras regiões em busca de trabalho e lá fixou residência.

## Domicílio

É o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais para definir a existência de mais de um domicílio em uma mesma propriedade ou terreno são os de separação e independência, que devem ser atendidos simultaneamente.

Entende-se por separação quando o local de habitação for limitado por paredes, muros ou cercas e coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. Por independência, entende-se quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas. Nas áreas indígenas, no entanto, esse conceito foi adaptado para abranger a diversidade de domicílios de grupos variados.

Para a organização do trabalho de campo, o IBGE classifica os domicílios em dois grupos: particulares e coletivos. Existem ainda classificações em cada um desses domicílios, como pode ser observado no esquema a seguir:



### Domicílio particular

É a moradia onde o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência.

### Domicílio particular permanente

É o domicílio que foi construído a fim de servir exclusivamente para habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.

### **Domicílio particular permanente ocupado**

É o domicílio particular permanente que, na data de referência, estava ocupado por moradores e no qual foi realizada a entrevista.

### **Domicílio particular permanente ocupado sem entrevista**

É o domicílio particular permanente que estava ocupado na data de referência, porém não foi possível realizar a entrevista no momento da visita do Recenseador, já que seus moradores estavam ausentes ou se recusaram a responder. Para estes domicílios, o IBGE utilizou uma metodologia de imputação, que se encontra descrita, adiante, no item Tratamento dos Dados.

### **Domicílio particular permanente de uso ocasional**

É o domicílio particular permanente que servia ocasionalmente de moradia na data de referência, ou seja, era o domicílio usado para descanso de fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que, na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes.

### **Domicílio particular permanente vago**

É o domicílio particular permanente que não tinha morador na data de referência, mesmo que, posteriormente, durante o período da coleta, tivesse sido ocupado.

### **Domicílio particular improvisado ocupado**

É aquele domicílio que pode estar localizado em uma edificação que não tenha dependências destinadas exclusivamente à moradia (por exemplo, dentro de um bar), ou em calçadas, praças ou viadutos, como também estruturas móveis ou abrigos naturais (como grutas ou cavernas) e que, na data de referência, estavam ocupados por moradores.

### **Domicílio coletivo**

É uma instituição ou estabelecimento onde a relação entre as pessoas que nele se encontravam, moradoras ou não, na data de referência, era restrita a normas de subordinação administrativa.

Classifica-se em duas espécies: Domicílio Coletivo com Morador e Domicílio Coletivo sem Morador. São exemplos de domicílio coletivo:

- asilos, orfanatos, conventos e similares;
- hotéis, motéis, campings, pensões e similares;
- alojamento de trabalhadores ou estudantes, república de estudantes (instituição);
- penitenciária, presídio ou casa de detenção; e
- outros (quartéis, postos militares, hospitais e clínicas com internação), etc.

## Composição dos moradores nos domicílios

### Condição no domicílio

A condição no domicílio foi caracterizada por meio da relação existente entre a pessoa responsável pela unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) e cada um dos demais moradores, de acordo com as seguintes definições:

- Pessoa responsável pelo domicílio - para a pessoa (homem ou mulher), de 12 anos ou mais de idade, reconhecida pelos moradores como responsável pela unidade domiciliar;
- Cônjuge ou companheiro(a) - para pessoa (homem ou mulher), de 12 anos ou mais de idade, que vivia conjugalmente com a pessoa responsável pela unidade domiciliar, sendo de sexo diferente ou ambas de mesmo sexo, existindo ou não vínculo matrimonial;
- Filho(a) ou enteado(a) - para o(a) filho(a) legítimo(a), seja consanguíneo(a) ou adotivo(a), ou de criação somente da pessoa responsável, somente do cônjuge ou de ambos;
- Genro ou nora - para o genro ou nora da pessoa responsável ou do cônjuge;
- Pai, mãe, padrasto, madrasta ou sogro(a) - para o pai ou a mãe, padrasto ou madrasta da pessoa responsável ou sogro(a) da pessoa responsável ou do cônjuge;
- Neto(a) ou bisneto(a) - para o(a) neto(a) ou bisneto(a) da pessoa responsável ou do cônjuge;
- Irmão ou irmã - para o irmão ou a irmã legítimo(a), seja consanguíneo(a) ou adotivo(a), ou de criação da pessoa responsável;
- Avô ou avó - para o avô ou a avó da pessoa responsável ou do cônjuge;
- Outro parente - para o genro, nora, bisavô(ó), cunhado(a), tio(a), sobrinho(a), primo(a) da pessoa responsável ou do cônjuge;
- Agregado(a) - para a pessoa residente em domicílio particular que, sem ser parente, convivente, pensionista, empregado doméstico ou parente deste, não pagava hospedagem nem contribuía para as despesas de alimentação e moradia do domicílio;
- Convivente - para a pessoa residente em domicílio particular que, sem ser parente, dividia as despesas de alimentação e/ou moradia;
- Pensionista - para a pessoa residente em domicílio particular que, sem ser parente, pagava hospedagem;
- Empregado(a) doméstico(a) - para a pessoa residente em domicílio particular que prestava serviços domésticos remunerados a um ou mais moradores do domicílio; ou
- Parente do(a) empregado(a) doméstico(a) - para a pessoa residente em domicílio particular que era parente do(a) empregado(a) doméstico(a) e que não prestava serviços domésticos remunerados a moradores do domicílio; ou

- Individual em domicílio coletivo - para a pessoa só que residia em domicílio coletivo, ainda que compartilhando a unidade de habitação com outra(s) pessoa(s) com a(s) qual(is) não tinha laços de parentesco.

## **Unidade doméstica**

Considerou-se como unidade doméstica a pessoa que morava sozinha; ou o conjunto de pessoas ligadas por relações de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que vivem em um domicílio particular.

A classificação das espécies de unidades domésticas, foi definida a partir da condição no domicílio dos moradores. A espécie da unidade doméstica existente no domicílio particular foi classificada como unipessoal, nuclear, estendida ou composta.

## **Unipessoal**

A espécie unipessoal é aquela que possui apenas 1 pessoa moradora na unidade doméstica.

## **Nuclear**

A espécie nuclear é aquela constituída somente por: um casal; um casal com filho(s) (por consanguinidade, adoção ou de criação) ou enteado(s); uma pessoa (homem ou mulher) com filho(s) (por consanguinidade, adoção ou de criação) ou enteado(s), independentemente da pessoa que foi indicada como responsável pelo domicílio. Assim, foi definida como nuclear a unidade doméstica constituída somente por:

- Pessoa responsável com cônjuge;
- Pessoa responsável com cônjuge e com pelo menos um filho(a) ou enteado(a);
- Pessoa responsável com pelo menos um filho(a) ou enteado(a);
- Pessoa responsável com pai ou padrasto e com mãe ou madrasta;
- Pessoa responsável com pai ou padrasto, com mãe ou madrasta e com pelo menos um irmão ou irmã;
- Pessoa responsável com pai ou padrasto;
- Pessoa responsável com mãe ou madrasta;
- Pessoa responsável com pai ou padrasto e com pelo menos um irmão ou irmã; ou
- Pessoa responsável com mãe ou madrasta e com pelo menos um irmão ou irmã.

## **Estendida**

A espécie estendida é constituída somente pela pessoa responsável com pelo menos um parente, formando um arranjo que não se enquadra em um dos tipos descritos como nuclear.

## Composta

A espécie composta é constituída pela pessoa responsável, com ou sem parente(s), e com pelo menos uma pessoa sem parentesco (agregado(a), pensionista, convivente, empregado(a) doméstico(a), parente do empregado(a) doméstico(a).

## Tratamento dos dados

### Pré-crítica

Com o objetivo de garantir a consistência dos dados a serem divulgados, foi executada uma rotina de programação para a validação dos registros e correções nos dados, visando identificar quaisquer inconsistências entre bases de dados da coleta do Censo Demográfico 2022.

Esta etapa se faz importante já que, mesmo com o advento da tecnologia presente no Dispositivo Móvel de Coleta - DMC e os mecanismos de controle utilizados durante as fases de transmissão e consolidação das informações, há sempre a possibilidade da ocorrência de eventos inesperados, mesmo que em uma magnitude reduzida.

Os principais aspectos verificados neste procedimento foram:

- Questionários com pelo menos a lista de moradores preenchida corretamente, ou seja, com informações válidas de sexo e idade;
- Questionários com registros tanto no banco de dados de domicílios quanto no de pessoas;
- Verificação de domicílios e/ou pessoas duplicadas nos bancos de dados;
- Verificação da convergência dos dados oriundos da Amostra presentes no Universo com os armazenados nos bancos específicos da Amostra;
- Comparação entre os registros do Cadastro de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE, sobretudo logradouros, faces, endereços e espécies, com os de questionários, com o intuito de verificar se os questionários estão associados a endereços efetivamente trabalhados;
- Verificação de coexistência de espécies fora do esperado dentro de um mesmo endereço, como por exemplo, endereço com 1 Domicílio Particular Permanente Ocupado e 1 Domicílio Particular Permanente Vago, simultaneamente; e
- Verificação da inexistência de questionário associado a espécies domiciliares com morador, as quais foram encaminhadas para o posterior procedimento denominado Imputação de Domicílios Sem Entrevista Realizada.

## Tratamento de não-resposta (domicílios ocupados sem entrevista)

### Motivação

No Censo Demográfico 2022, as unidades domiciliares foram classificadas em categorias de acordo com sua espécie, levando em consideração a situação de seus moradores na data de referência da operação censitária, a saber: domicílios particulares permanentes ocupados (1), domicílios de uso ocasional (3), domicílios vagos (4), domicílios particulares improvisados ocupados (5), e domicílios coletivos com moradores (6) e sem moradores (7). A operação censitária visa obter informações das pessoas moradoras nos domicílios classificados nas categorias (1), (5) e (6); entretanto, nem sempre é possível realizar as respectivas entrevistas no momento das visitas dos recenseadores durante todo o período da coleta, em alguns domicílios ocupados na data de referência do censo, já que seus moradores podem se recusar a dar a entrevista ou estar ausentes. Os domicílios nessas situações são denominados de “sem entrevista realizada”.

A partir da Contagem Populacional 2007, o IBGE instituiu a imputação de moradores para os domicílios ocupados sem entrevista realizada, baseando-se nos domicílios semelhantes onde foram obtidos os dados, como ocorre em outros países, tais como: Austrália, Canadá, Estados Unidos, México e Reino Unido. Esta nota descreve brevemente a imputação de moradores em domicílios sem entrevista realizada no Censo Demográfico brasileiro de 2022, que leva em consideração a localização de domicílios dentro e fora de recortes territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais.

Nesta metodologia, admitiu-se que o padrão dos domicílios sem entrevista realizada é diferente do padrão dos domicílios ocupados que foram efetivamente investigados, no que se refere ao número de moradores do domicílio em que houve dificuldade do recenseador para realizar a entrevista.

Para avaliar essa hipótese, os domicílios particulares permanentes ocupados - DPPOs foram estratificados dentro de cada Unidade da Federação e, utilizando a técnica de árvores de regressão (CER), foram definidos os seguintes estratos: situação do setor censitário (urbano/rural), classe de tamanho populacional do Município ao qual pertence (menos de 70 000 habitantes, de 70 000 a menos de 500 000 habitantes e 500 000 habitantes ou mais) e tipo de espécie do domicílio (casa/outros). Os domicílios em Municípios com 500 000 habitantes ou mais também foram estratificados de acordo com o tipo de setor (aglomerado subnormal/demais tipos de setor), não se aplicando a estratificação por situação do setor. foram definidos os seguintes estratos: situação do setor censitário (urbano/rural), classe de tamanho populacional do Município ao qual pertence (menos de 70 000 habitantes, de 70 000 a menos de 500 000 habitantes e 500 000 habitantes ou mais) e tipo de espécie do domicílio (casa/outros). Os domicílios em Municípios com 500 000 habitantes ou mais também foram estratificados de

acordo com o tipo de setor (aglomerado subnormal/demais tipos de setor), não se aplicando a estratificação por situação do setor.

Considerando que os resultados do Censo Demográfico 2010 demonstram comportamentos demográficos diferenciados dos domicílios indígenas de acordo com sua localização dentro ou fora de Terra Indígena oficialmente delimitada, em situação de agrupamento domiciliar ou dispersão e por etnia, buscou-se no desenho metodológico da imputação criar estratos de doação que permitam aproximar ao máximo as características de doador e receptor. Ademais, analisando os resultados preliminares da coleta em Territórios Quilombolas oficialmente delimitados, em situação de agrupamento domiciliar ou dispersão, verificou-se um padrão demográfico diferenciado dos domicílios quilombolas, pelo que a estratificação da imputação considerou também esses recortes.

## **Metodologia**

O tratamento adotado foi um procedimento de imputação por meio de seleção aleatória de um domicílio doador entre um conjunto de possíveis doadores, formado pelos domicílios particulares permanentes ocupados, com até 10 moradores, inicialmente classificados como “sem entrevista realizada” ou “vagos”, mas que posteriormente tiveram entrevista coletada.

Com o objetivo de buscar doadores com nível socioeconômico semelhante ao do receptor, foram acrescentadas à estratificação quatro classes socioeconômicas baseadas no escore médio de adequação do setor. Tal escore foi calculado a partir de pontuações de acordo com a existência de certas condições presentes nos domicílios do setor censitário. Seis variáveis participaram da construção do escore: número de banheiros, tipo de escoadouro, forma de abastecimento de água, destino do lixo, número de moradores e alfabetização do responsável pelo domicílio. Para cada variável, foi atribuído um ponto se o domicílio atendesse às seguintes condições: se tinha mais de um banheiro; se o esgoto era ligado à rede ou fossa séptica ligada à rede; se o abastecimento de água era realizado por rede geral, para domicílio de situação urbana e rede geral ou poço profundo ou artesiano, para domicílio de situação rural; se o lixo era coletado no domicílio, para domicílio urbano, e se era coletado no domicílio ou depositado em caçamba, para domicílio rural; se o número de moradores era menor ou igual a quatro; e se o responsável pelo domicílio sabia ler e escrever.

Para cada domicílio, são somadas as pontuações das variáveis, obtendo-se o escore do domicílio. Dessa forma, a pontuação mínima de um domicílio é zero e a máxima 6. O escore médio do setor censitário será a média dos escores dos domicílios pertencentes ao setor. Se o escore médio era inferior a 3, o setor pertencia à classe 1. Se estava entre 3 e 5 (exclusive), o setor pertencia à classe 2. Se estava entre 5 e 6 (exclusive), o setor pertencia à classe 3. Se o escore era 6, o setor pertencia à classe 4. Adicionalmente, em São Paulo, separou-se a capital dos demais Municípios com mais de 500 000 habitantes. Em alguns estratos, houve menos doadores do que domicílios a imputar. Nesses casos, sempre se buscou preservar as estratificações geográficas e socioeconômicas, preferindo-se não buscar doadores entre os domicílios que tiveram sua espécie alterada de “sem entrevista” ou “vago” para “entrevista

realizada”. Quando ainda assim havia número insuficiente de doadores, procurou-se preservar a estratificação geográfica e agrupar as classes socioeconômicas mais próximas.

A estratégia adotada para os domicílios particulares improvisados - DPIOs consistiu na seleção aleatória de um doador dentre os domicílios particulares improvisados com entrevista realizada com até 10 moradores pertencentes à mesma Grande Região do domicílio sem entrevista e do mesmo tipo de espécie. As categorias de tipo de espécie dos domicílios improvisados foram recodificadas de acordo com o indicado pelas árvores de regressão da seguinte forma: “dentro de estabelecimento em funcionamento”, “estrutura não residencial permanente degradada ou inacabada”, “veículos (carros, caminhões, trailers, barcos etc)” e “outros”.

Para os domicílios coletivos com morador e sem entrevista realizada, o doador foi selecionado aleatoriamente dentre os domicílios coletivos de mesmo tipo de espécie e dentro da mesma Grande Região do domicílio sem entrevista, porém sem restrição de tamanho.

Domicílios em setores censitários localizados em recortes territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais de Terra Indígena, Território Quilombola, Agrupamento Indígena e Agrupamento Quilombola foram objeto de um tratamento à parte devido a apresentarem médias de moradores por domicílios diferenciadas entre si, na mesma Unidade da Federação, e devido à diversidade de povos indígenas que residem no Brasil.

A estratificação para Terras Indígenas considerou: Unidade da Federação, código de Terra Indígena, status de regularização da Terra Indígena, situação do setor, tipo de espécie domiciliar (casa/habitação indígena sem paredes ou maloca/DPIO ou demais DPPOs/categorias de domicílios coletivos) e tipo de setor (agrupamento indígena/demais tipos de setor). Já a estratificação nos Agrupamentos Indígenas levou em conta: Unidade da Federação, situação do setor, localização do agrupamento dentro ou fora de Território Indígena e tipo de espécie domiciliar (casa/habitação indígena sem paredes ou maloca/DPIO ou demais DPPOs/categorias de domicílios coletivos).

A estratificação para Territórios Quilombolas oficialmente delimitados contou com: Unidade da Federação, código de Território Quilombola, status de regularização do Território Quilombola, situação do setor, tipo de espécie domiciliar (casa/demais DPPOs/DPIO/categorias de domicílios coletivos) e tipo de setor (agrupamentos quilombolas/demais tipos de setor). Já a estratificação nos Agrupamentos Quilombolas levou em conta: Unidade da Federação, situação do setor, localização do agrupamento dentro ou fora de Território Quilombola e tipo de espécie domiciliar (casa/demais DPPOs/DPIO/categorias de domicílios coletivos).

Apesar de o Censo Demográfico 2022 contar com dois tipos de questionário domiciliar, as informações imputadas nos domicílios sem entrevista realizada foram as do questionário básico. Dessa maneira, todas as variáveis do questionário foram obtidas de um mesmo doador.

O procedimento de imputação foi aplicado para todo o território nacional, em cerca de 3 milhões de domicílios, representando 4,21% do total de domicílios ocupados pesquisados pelo Censo Demográfico 2022. A população total imputada foi de aproximadamente 8 milhões de

pessoas, correspondendo a 3,93% do total de população. No que concerna o recorte de Terras Indígenas, o percentual de domicílios que passaram pelo processo de imputação corresponde a 1,72% do total de domicílios ocupados enumerados na operação censitária nesse recorte.

## **Crítica e imputação**

### **Crítica do bloco de composição domiciliar**

#### **Casos de cônjuges do mesmo sexo**

Ao analisar as frequências de casais do mesmo sexo nos municípios brasileiros, foi identificado um caso atípico no município de Recursolândia-TO, onde o percentual desses casais se mostrava muito acima da média nacional. Uma investigação mais detalhada, baseada nos nomes dos cônjuges inicialmente classificados como sendo do mesmo sexo, revelou indícios de erro por parte dos recenseadores na atribuição das relações de parentesco. Alguns casais, que na verdade eram compostos por cônjuges de sexos diferentes, foram incorretamente registrados como sendo do mesmo sexo. Após a identificação desse problema, foi implementado um processo de correção determinística, no qual as relações de parentesco foram ajustadas. Assim, nos casos em que a classificação de cônjuge do mesmo sexo estava com indícios de erro, a condição no domicílio foi revisada, sendo imputada a categoria “outro parente”.

#### **Crítica do bloco de mortalidade**

Apesar da existência de diversos sistemas e da ampla disponibilidade de dados e parâmetros, durante o período de coleta do Censo, algumas análises não puderam ser realizadas e certas inconsistências encontradas em campo não puderam ser resolvidas imediatamente. Essas inconsistências são comuns e esperadas em operações da magnitude de um Censo, demandando, portanto, tratamentos específicos e detalhados na etapa de apuração.

Neste contexto, esta seção tem por objetivo relatar de forma sucinta os procedimentos de crítica temática aplicados aos dados de óbitos informados do Censo. Logo nas primeiras semanas de coleta, a taxa de mortalidade de crianças de até 3 anos apresentou-se acima do esperado, sugerindo um possível problema na captura dessas informações. Ao revisar o questionário, foi levantada a hipótese de que poderia estar havendo confusão no preenchimento do item "idade ao falecer", com alguns recenseadores registrando, nesse campo, o tempo decorrido desde a data do óbito até a data de referência do Censo.

A partir dessa hipótese, foram realizados ajustes tanto na redação quanto no layout do questionário. Além disso, foi emitido um boletim informativo a toda a rede de coleta, reforçando a necessidade de atenção ao preenchimento correto dessa informação. Após a implementação dessas medidas, os novos dados coletados retornaram aos níveis esperados. No entanto, as informações obtidas nas primeiras semanas da pesquisa exigiram um tratamento especial.

## **Correção via pareamento com os dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM)**

O IBGE realizou um pareamento entre os dados de mortalidade do Censo Demográfico 2022 e do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) para corrigir idades registradas erroneamente no Censo. O processo focou em óbitos com idades de até 5 anos no Censo, suspeitos de terem o tempo decorrido desde o óbito registrado como se fosse a idade. O volume de dados de óbitos do Censo com este filtro foi de 111.094 óbitos. Para o SIM, foram utilizados todos os registros efetuados entre os anos de 2019 e 2022, representando 6.283.541 registros.

A metodologia envolveu duas etapas principais. A primeira foi a realização de um pareamento determinístico, que identificou registros idênticos nas duas bases usando como chave de pareamento variáveis como município de residência, mês e ano do óbito, sexo e nome completo do falecido. Resultou em 21.456 pares, dos quais 10.523 tiveram as idades corrigidas.

Na sequência, foi realizado um pareamento probabilístico, aplicado aos registros não pareados deterministicamente, utilizando o método de Fellegi-Sunter implementado no pacote RecordLinkage do R. Funções de distância foram usadas para calcular a similaridade entre sequências de caracteres. O processo resultou na formação de pares preliminares, classificados utilizando uma avaliação envolvendo inspeção visual, com uma amostra destes registros e classificados como pares, não pares ou indefinidos. A partir dos resultados desta amostra foram estabelecidos os critérios de classificação baseados em medidas de distância entre sequências de caracteres para as variáveis de nome e endereço, aplicados ao conjunto completo de dados, e permitindo chegar a resultados finais de pareamento e de correção das idades.

Ao final, 22.236 registros de óbitos no Censo tiveram as idades corrigidas, representando 20% do total de registros, sendo 10.523 do pareamento determinístico e 11.713 do pareamento probabilístico.

## **Correção para os dados não pareados**

A metodologia adotada para corrigir os dados que não puderam ser pareados consistiu na análise de dois parâmetros: 1) a estrutura etária dos domicílios onde foi relatado um óbito de crianças de até 3 anos; e 2) os percentuais de coincidências entre a data do óbito e a idade do falecido por recenseador.

Considerando que a mortalidade de crianças de até 3 anos ocorre predominantemente em domicílios onde residem indivíduos em idade fértil, foram realizadas análises para identificar a idade mediana mínima dos moradores a partir da qual poderiam ser indicados os casos suspeitos de erro no registro da idade do falecido. Para isso, as distribuições dos dados coletados no período de maior assertividade, a partir de setembro de 2022, foram utilizadas como parâmetro. Dada a diversidade da estrutura etária no Brasil, os dados foram analisados por região geográfica, permitindo definir uma idade mínima de corte específica para cada região.

Partindo da hipótese de que o problema poderia ter origem na confusão entre os itens do questionário, buscou-se identificar os casos de erro a partir da concentração de registros

suspeitos em alguns recenseadores. Assim, foram analisados os percentuais de coincidências entre a data do óbito e a idade do falecido, considerando apenas os recenseadores que haviam registrado ao menos cinco óbitos. A partir dessas análises, observou-se que os recenseadores que relataram mais de 50% de óbitos de crianças de até 3 anos entre os registros de óbitos totais poderiam ser considerados como potenciais fontes de erro.

Com base nesses dois critérios e considerando os registros que não puderam ser pareados com o SIM, os óbitos registrados em domicílios cuja idade mediana dos moradores era superior à idade mínima estabelecida em cada região geográfica, bem como aqueles coletados por recenseadores que tiveram mais de 50% dos óbitos registrados como sendo de crianças de até 3 anos, foram considerados suspeitos. Foram identificados 7.765 registros de óbito nessa situação, para os quais as idades registradas pelos recenseadores foram excluídas.

Vale destacar que essa estratégia foi validada com base nos dados pareados deterministicamente com o SIM, apresentando uma taxa de falso-positivo de apenas 2,7%.

## **Confidencialidade**

No caso dos dados investigados através do questionário básico durante o Censo Demográfico, o que se convencionou chamar de “resultados do universo”, divulgados na forma de tabelas, não são aplicados procedimentos de desidentificação nas células das tabelas. Para esses dados não é feita a divulgação pública de microdados. Isso porque, mesmo considerando a desidentificação dos registros individuais, dependendo do nível geográfico de interesse e da característica ser mais ou menos rarefeita, existe possibilidade de identificação do informante por alguma técnica indireta, analisando os dados per si ou em conjunto com outras informações públicas. Assim, para esse conjunto de informações, as divulgações são feitas agregando os dados, por setor censitário, referentes às variáveis investigadas no questionário básico do censo.

# Análise dos resultados

## Composição domiciliar

### Unidades domésticas

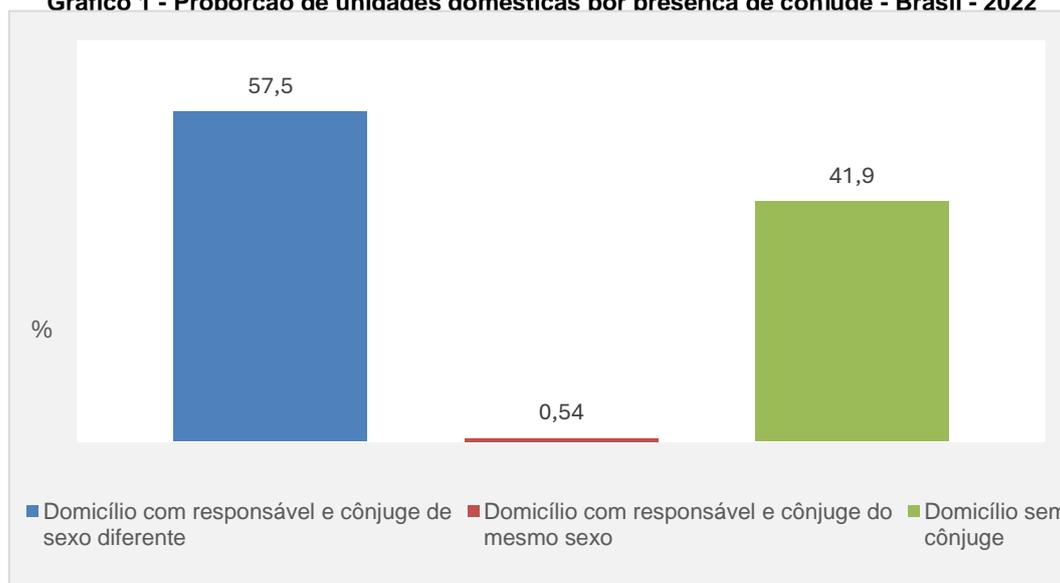
Unidade doméstica é a denominação que se dá ao conjunto de pessoas que vivem em um domicílio particular, cuja constituição se baseia em arranjos feitos pela pessoa, individualmente ou em grupos, para garantir para ela mesma alimentação e outros bens essenciais para sua existência. Sua formação se dá a partir da relação de parentesco ou convivência com o responsável pela unidade doméstica, assim indicado e reconhecido pelos demais membros da referida unidade como tal. Assim, de acordo com o conceito adotado, todas as pessoas que vivem em um domicílio fazem parte da mesma unidade doméstica e, nesse caso, o número de domicílios ocupados é igual ao de unidades domésticas (PRINCIPLES..., 2008, p. 100). Até o Censo Demográfico 2000, aplicava-se a denominação de “domicílio” tanto à estrutura física da moradia quanto às pessoas que nela viviam. A partir do Censo Demográfico 2010, seguindo as recomendações internacionais e o entendimento de que era necessária a adoção de denominações distintas para cada situação, optou-se, então, pela adoção do termo unidade doméstica.

Nesse sentido, havia, no Brasil, segundo o Censo Demográfico 2022, cerca de 72 milhões de unidades domésticas, 15 milhões a mais do que em 2010 (57 milhões). O número médio de moradores foi de 2,8 pessoas, mais um reflexo do processo da queda da fecundidade que vem ocorrendo sistematicamente no País nas últimas décadas e do envelhecimento populacional. Em 2000, a média era 3,7 pessoas e em 2010 era 3,3.

### Presença de cônjuge e filho(s) nas unidades domésticas

A distribuição do total de unidades domésticas pelos diferentes tipos de constituição mostra que, em 2022, 57,5% eram formadas por responsável e cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente (41,7 milhões de unidades). Em 2010, esse percentual era de 65,3%. As unidades domésticas compostas por pessoa responsável e cônjuge ou companheiro do mesmo sexo representavam 0,54% do total. Mesmo percentual ainda sendo pequeno, comparando com 2010 (0,10%), houve um crescimento expressivo. Em termos absolutos, o número de unidades domésticas com relações homoafetivas formadas por pessoa responsável e cônjuge ou companheiro do mesmo sexo passou de 59.957 em 2010 para 391.080 em 2022 (Gráfico 1).

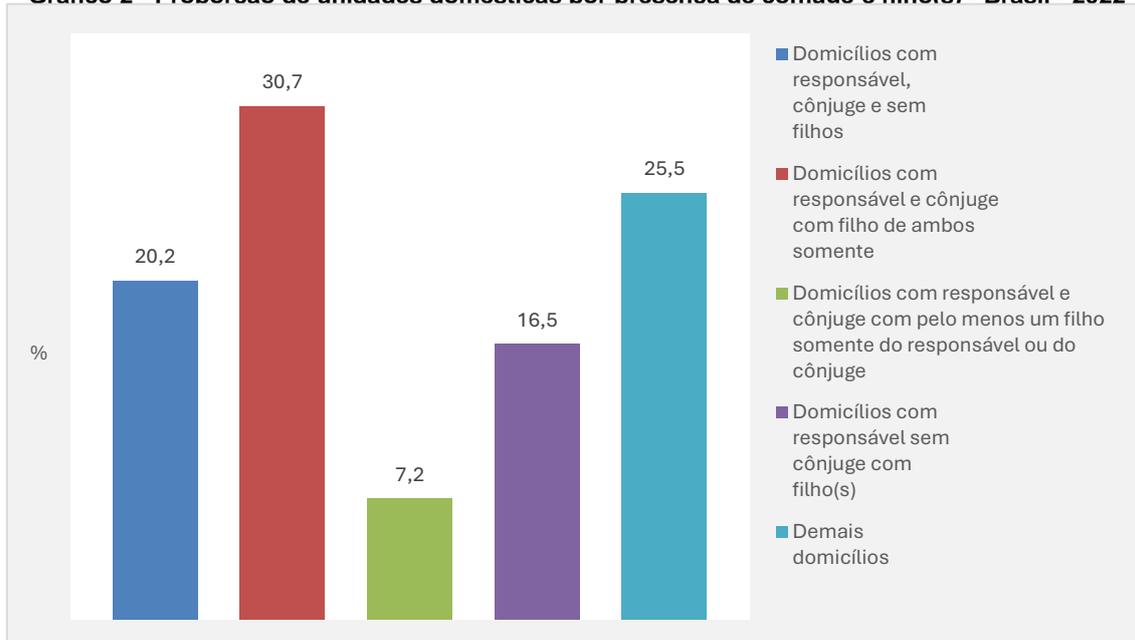
**Gráfico 1 - Proporção de unidades domésticas por presença de cônjuge - Brasil - 2022**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Considerando a presença de filhos nas unidades domésticas em 2022, 30,7% delas eram compostas pela pessoa responsável, cônjuge e filho de ambos somente. Em seguida, vêm as unidades domésticas compostas apenas pelo casal, 20,2%, e as unidades domésticas com responsável sem cônjuge e com filhos, 16,5%. Esses valores indicam uma mudança importante, evidenciando a redução das unidades domésticas compostas pelo casal com filhos de ambos que, em 2010, representavam 41,3% e o aumento de casais sem filhos, que no censo anterior representavam 16,1% do total. Já as unidades domésticas com pessoa responsável sem cônjuge com filhos pouco variaram (era 16,3% em 2010), assim como as unidades domésticas compostas pela pessoa responsável e cônjuge, com pelo menos um filho somente do responsável ou do cônjuge, que representam as famílias recompostas por outra união, que passaram de 8,0% para 7,2%. As unidades domésticas com outros tipos de composição, ou seja, aquelas cuja pessoa responsável não possui nem cônjuge e nem filho ou enteado, passaram de 18,3% em 2010 para 25,5% em 2022 (Gráfico 2).

**Gráfico 2 - Proporção de unidades domésticas por presença de cônjuge e filho(s) - Brasil - 2022**



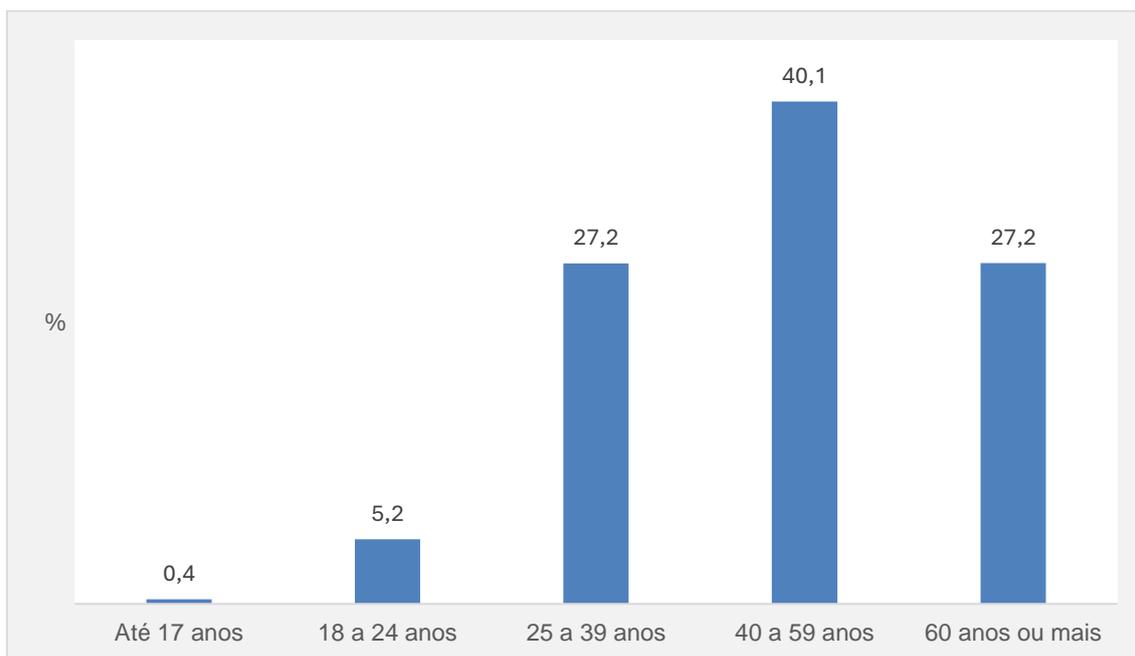
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Para fins de análise, optou-se por utilizar o termo unidade doméstica a tudo que se refere à composição e à organização das pessoas no interior dos domicílios e, portanto, a variável “condição no domicílio”, que será analisada ao longo desse documento, refere-se ao tipo de relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pela unidade doméstica sendo suas categorias equivalentes.

## Pessoa responsável pela unidade doméstica

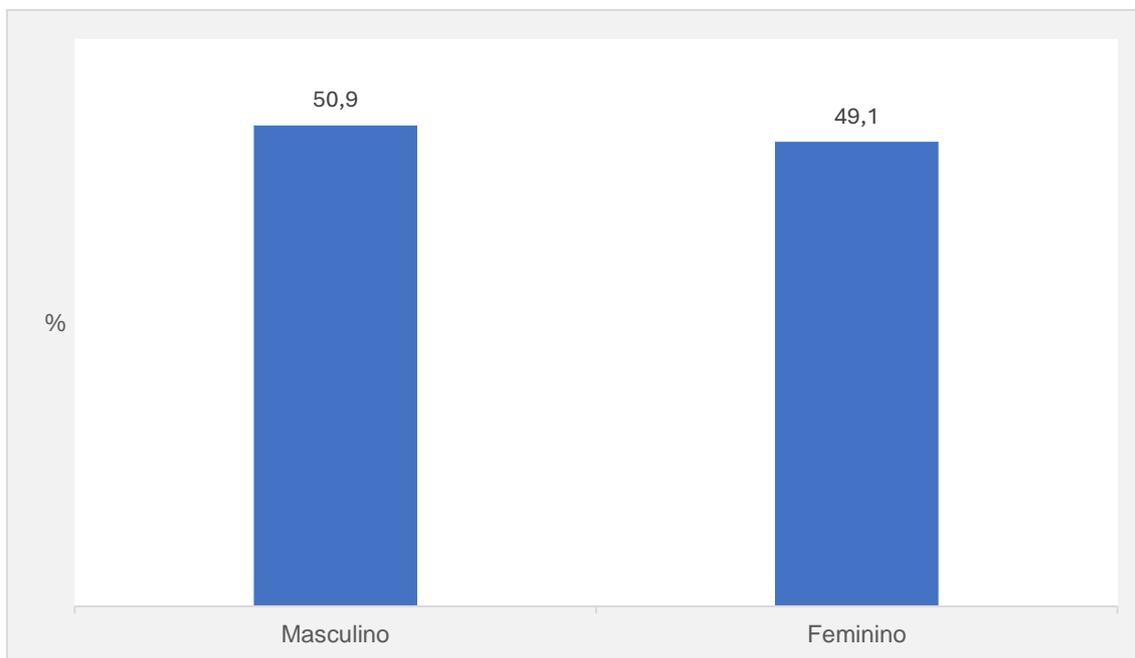
Do total de indivíduos investigados pelo Censo Demográfico 2022 nas unidades domésticas, 35,9% estavam na categoria de pessoa responsável. Desses, 50,9% eram homens (37 milhões) e 49,1%, mulheres (36 milhões). Essa análise por sexo mostra uma mudança importante em relação a 2010, pois, nesse Censo, o percentual de homens responsáveis (61,3%) era substancialmente maior do que o percentual de mulheres (38,7%). Pode-se destacar também que a grande maioria dos responsáveis (67,3%) tinha acima de 40 anos de idade (Gráficos 3 e 4). Em relação à idade do responsável houve um ligeiro aumento em comparação com 2010, quando 62,4% dos responsáveis estavam nessa faixa etária.

**Gráfico 3 - Proporção de pessoas responsáveis pelas unidades domésticas, segundo os grupos de idade - Brasil - 2022**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

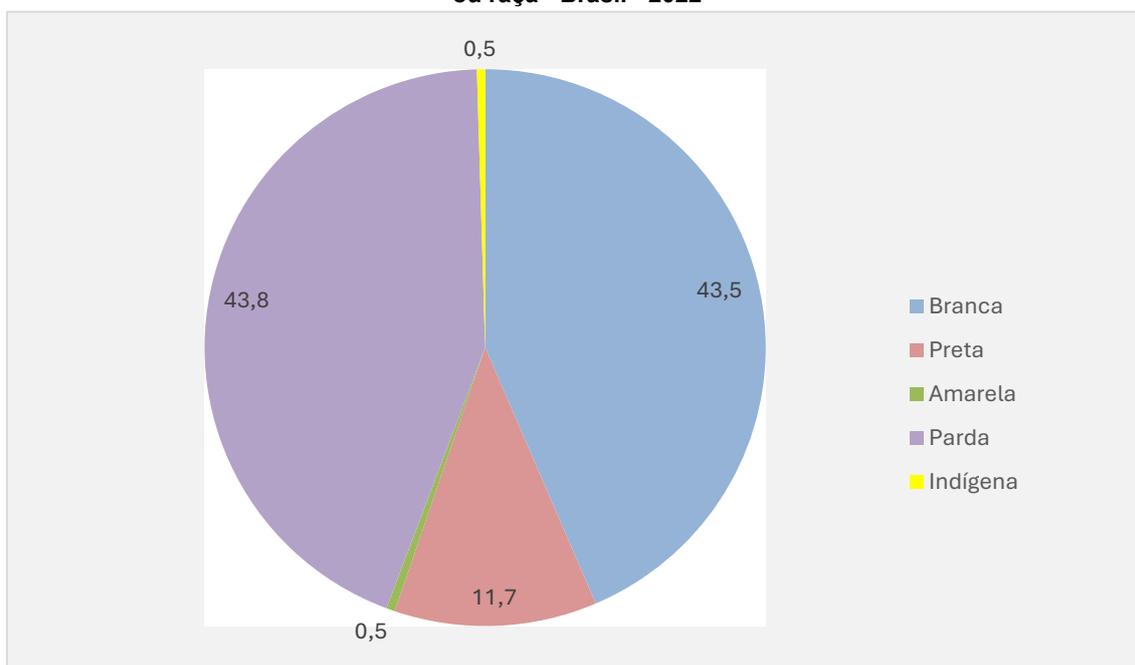
**Gráfico 4 - Proporção de pessoas responsáveis pelas unidades domésticas, segundo o sexo - Brasil - 2022**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Outra característica importante para analisar a distribuição das pessoas responsáveis pelas unidades domésticas é a cor ou raça. Entre os responsáveis em 2022, há uma divisão quase equânime entre pardos (43,8%) e brancos (43,5%), seguidos de 11,7% de responsáveis da cor ou raça preta. Responsáveis amarelos ou indígenas somam 1% (Gráfico 5). Em 2010, o percentual de pessoas responsáveis que se declararam brancas era maior, 49,4%. Pardos representavam 40,0%, e 9,0% se declararam da cor ou raça preta. Em 2022, há um percentual ligeiramente maior de responsáveis do sexo masculino brancos (44,4%) em relação aos pardos (43,3%). Para as mulheres, essa distribuição se inverte, sendo as pardas a maioria (44,5%) e 42,8% brancas (Tabela 1).

**Gráfico 5 - Proporção de pessoas responsáveis pelas unidades domésticas, segundo a cor ou raça - Brasil - 2022**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

**Tabela 1 - Proporção de pessoas responsáveis pelas unidades domésticas por sexo, segundo a cor ou raça – 2022**

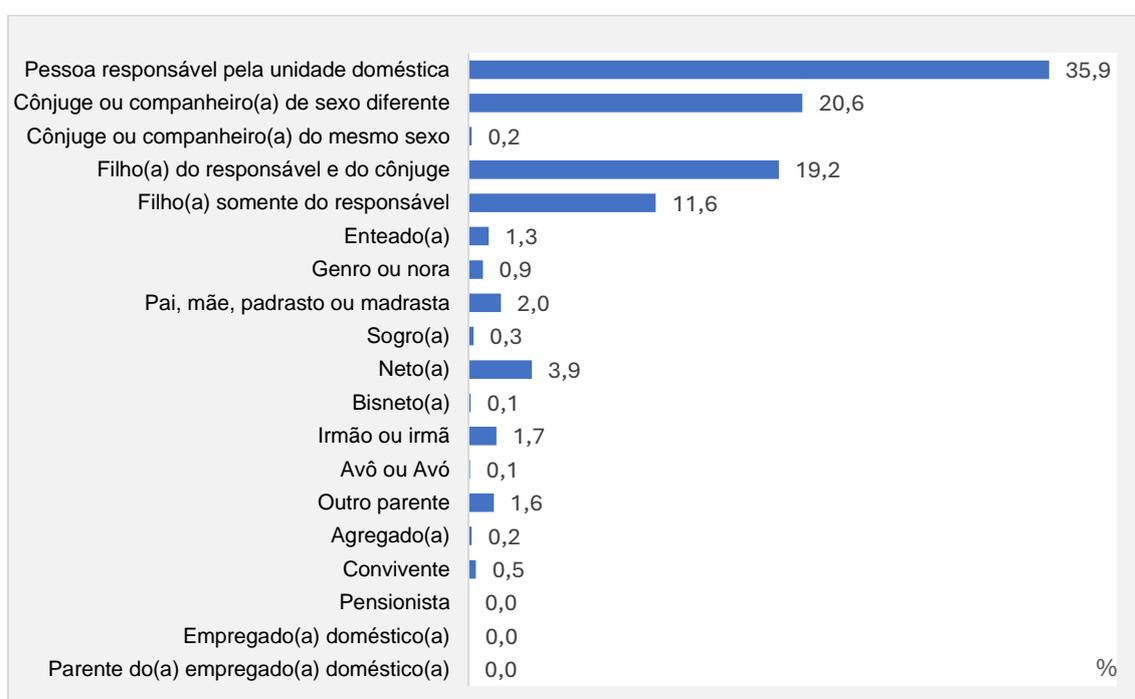
Cor ou raça	Sexo	
	Masculino	Feminino
Branca	44,3	42,8
Preta	11,5	11,9
Amarela	0,5	0,5
Parda	43,2	44,5
Indígena	0,5	0,4
Total	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

## Condição no domicílio

Na distribuição das pessoas residentes, destaca-se a importância dos netos (3,9%), embora inferior a 2010 (4,7%), que continuam sendo um contingente mais expressivo que o de outros parentes ou conviventes, reforçando a existência de uma convivência intergeracional no interior das unidades domésticas (Gráfico 6). Ainda em relação a 2010, percebe-se um aumento na proporção de pessoas responsáveis pela unidade doméstica, passando de 30,2% em 2010 para 35,9% em 2022. Observa-se também, diminuição da proporção de filho (a) do responsável e do cônjuge (25,0% em 2010 para 19,1% em 2022) e um ligeiro aumento do filho (a) somente do responsável (passando de 10,9% para 11,6% entre os dois últimos censos).

**Gráfico 6 - Distribuição percentual de pessoas residentes nas unidades domésticas, segundo o tipo de relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pela unidade doméstica - Brasil - 2022**

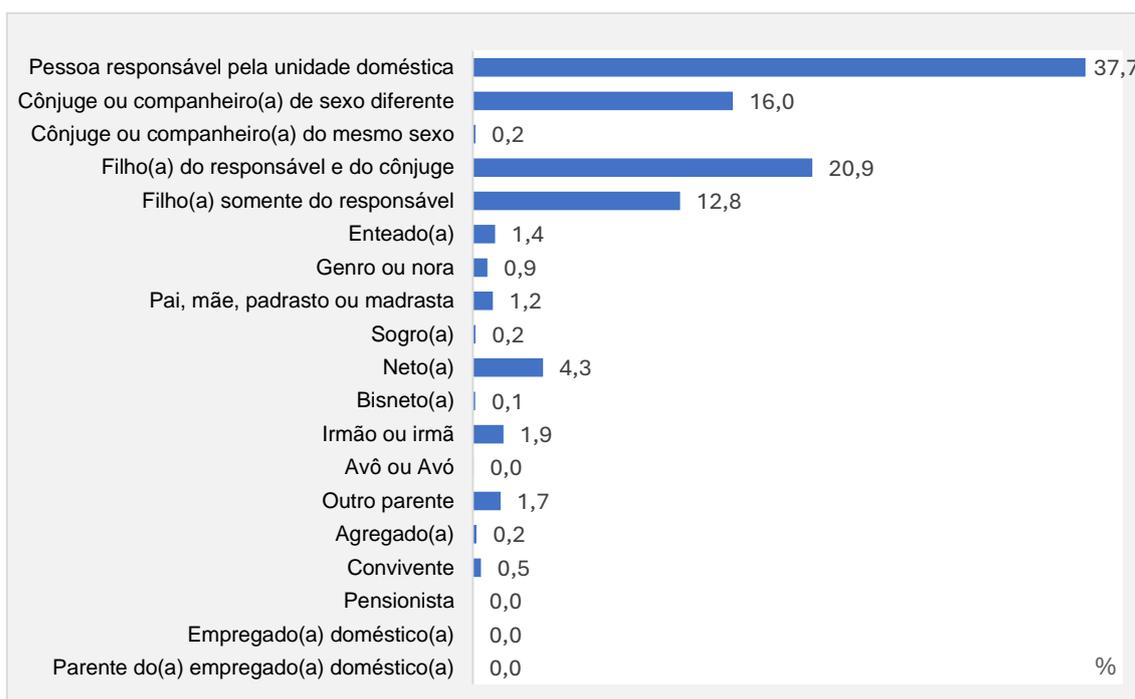


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Ao se segmentar a condição no domicílio dos moradores por sexo, o homem aparece de forma mais recorrente como a pessoa responsável pela unidade doméstica (37,7%) praticamente não variando em relação a 2010 (37,9%). Já para a mulher houve mudanças significativas, pois em 2010 ela era mais representativa como cônjuge ou companheira de sexo diferente (29,7%) e em 2022 houve uma inversão, tendo alcançado um percentual de 34,1% de mulheres responsáveis pela unidade doméstica e 25,0% de mulheres cônjuge ou companheira de sexo diferente. Já para os homens, embora tenha havido um aumento em relação a 2010 quando era 9,3%, somente 16,0% se encontram nessa na condição de cônjuge em 2022. Ainda em relação à distribuição das mulheres, há uma menor concentração nas posições de filhas e netas, o que

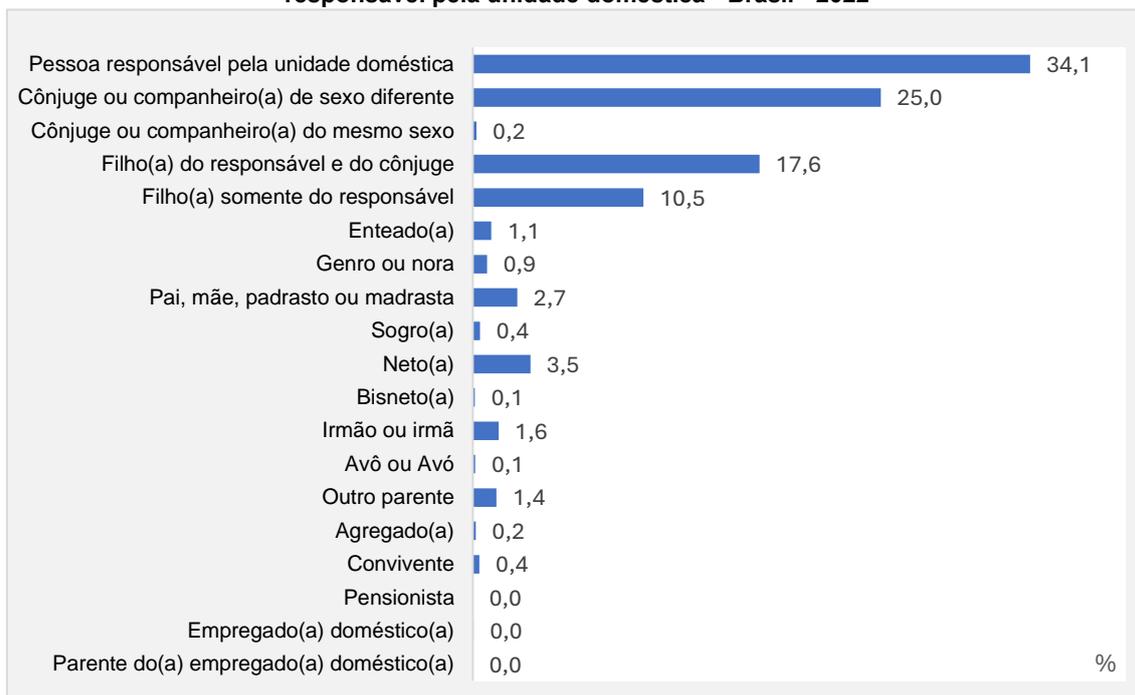
pode estar ligado ao fato de as mulheres se casarem mais cedo, o que as torna responsáveis ou cônjuges dentro dos domicílios. Embora com um percentual ainda muito pequeno (0,2%), os cônjuges do mesmo sexo - sejam homens ou mulheres - passaram a ter uma representatividade mais explícita em relação a 2010, quando não chegaram a ter um valor percentual na distribuição do tipo de relação de parentesco ou convivência com a pessoa responsável pela unidade doméstica (Gráficos 7 e 8).

**Gráfico 7 - Distribuição percentual de pessoas do sexo masculino residentes nas unidades domésticas, segundo o tipo de relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pela unidade doméstica - Brasil - 2022**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

**Gráfico 8 - Distribuição percentual de pessoas do sexo feminino residentes nas unidades domésticas, segundo o tipo de relação de parentesco ou de convivência com a pessoa responsável pela unidade doméstica - Brasil - 2022**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

## Número de moradores nas unidades domésticas

Analisando as unidades domésticas por número de moradores, o Censo Demográfico 2022 revela que a maioria (72,4%) tem até 3 moradores, sendo a maior frequência encontrada para unidades com 2 moradores (28,7%). As diferenças por sexo dos responsáveis não são muito significativas, tendo diferenças mais marcantes quando consideramos sua cor ou raça.

Em unidades com o responsável do sexo masculino, há um destaque para unidades domésticas com 2 moradores quando o responsável é da cor branca (31,3%). O mesmo acontece para unidades com responsáveis do sexo feminino (31,6%). Esse padrão também aparece para os responsáveis de cor ou raça amarela (33,1% e 32,2%, responsáveis homens e mulheres, respectivamente). Unidades domésticas com mais moradores aparecem em maior proporção para responsáveis homens e mulheres de cor ou raça preta, principalmente com 5 ou mais moradores (11,8% e 14,0%, respectivamente). Comparado aos valores totais, as unidades domésticas de 1 morador têm maior participação quando o responsável é homem preto (21,5%), ao passo que nessa categoria as mulheres pretas apresentam uma representatividade menor (16,4%), já para unidades com 6 moradores ou mais essa representatividade é maior (6,0%) para as responsáveis mulheres. Em relação às unidades cujo responsável é pardo, o padrão encontrado é similar ao dos responsáveis pretos, com unidades domésticas com mais moradores tendo uma representatividade maior entre as mulheres. Unidades domésticas cujo responsável é indígena têm historicamente maior representatividade em unidades com mais moradores,

reforçando as características culturais de convivência da população indígena quando comparada às populações de outras categorias de cor ou raça. Em 2022 não foi diferente, tendo sido encontrado uma proporção maior de unidades domésticas com 6 ou mais moradores (21,3% para responsáveis homens e 16,3% para responsáveis mulheres) entre os indígenas (Tabela 2). Esses resultados revelam a existência de uma relação importante entre a cor ou raça do responsável e o tamanho da unidade doméstica.

**Tabela 2 - Proporção de unidades domésticas por número de moradores, segundo o sexo e a cor ou raça do responsável - 2022**

Sexo	Cor ou raça	Número de moradores na unidade doméstica						
		1	2	3	4	5	6 ou mais	Total
Total		18,9	28,7	24,7	16,9	6,7	4,0	100,0
Masculino	Branca	17,6	31,3	25,8	17,4	5,5	2,4	100,0
	Preta	21,5	25,0	24,0	17,7	7,4	4,5	100,0
	Amarela	18,2	33,1	24,2	17,0	5,2	2,3	100,0
	Parda	19,4	25,8	24,7	18,3	7,4	4,4	100,0
	Indígena	15,2	17,9	18,6	16,0	11,0	21,3	100,0
	Total		18,8	28,2	25,1	17,9	6,5	3,6
Feminino	Branca	23,4	31,6	23,3	14,0	5,1	2,7	100,0
	Preta	16,4	27,8	24,8	16,9	8,0	6,0	100,0
	Amarela	26,5	32,2	21,6	12,9	4,5	2,3	100,0
	Parda	15,7	27,4	25,3	17,7	8,1	5,7	100,0
	Indígena	11,3	21,4	21,8	17,7	11,5	16,3	100,0
	Total		19,1	29,3	24,3	16,0	6,8	4,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

As espécies de unidades domésticas têm as suas particularidades e representam, de certa forma, a configuração do espaço doméstico da população. Além do tamanho da unidade doméstica, o tipo da unidade doméstica também mostra a importância de se analisar o sexo e a cor ou raça do responsável. Nesta divulgação, as espécies de unidades domésticas foram classificadas como unipessoais, nucleares, estendidas e compostas. As unidades domésticas unipessoais são aquelas com apenas um morador, as nucleares são aquelas que possuem somente um casal, ou somente um casal com filho(s), ou somente uma pessoa com filho(s), sem a presença de nenhum membro. Já as espécies estendidas são aquelas onde existe a presença de algum outro parente, enquanto nas compostas existe a presença de algum não parente.

Considerando todas as espécies de unidades domésticas em 2022, a maioria é nuclear (64,1%) seguida da unipessoal (18,9%), estendida (15,4%) e composta (1,5%). De modo geral, em todas as categorias de sexo ou cor ou raça, a unidade doméstica nuclear predomina em relação às demais espécies. No entanto, há algumas diferenças relevantes: há uma proporção maior da espécie estendida e menor da nuclear entre as mulheres responsáveis (18,8% e 60,6%, respectivamente) em comparação aos homens responsáveis (12,1% e 67,6%, respectivamente) (Tabela 3). Esse resultado mostra que as mulheres, de modo geral, tendem a ser responsáveis

por unidades domiciliares maiores, corroborando o já identificado na análise do número de moradores.

A distribuição das unidades domésticas por espécie, considerando a cor ou raça do responsável, revela que responsáveis de cor ou raça preta e indígena têm uma distribuição ligeiramente diferente das demais categorias, com um peso maior para as espécies unipessoal (21,5% para pretos) e estendida (20,7% para indígenas). Já para a população feminina essas diferenças são mais expressivas e se concentram, principalmente, para as unidades domésticas estendidas. Nesse caso, há uma maior concentração dessa espécie para responsáveis pretas (22,3%), pardas (20,4%) e indígenas (26,9%), superando, inclusive, os percentuais de espécies unipessoais (Tabela 3). Esse resultado aponta, mais uma vez, para a concentração de unidades domésticas maiores entre responsáveis femininas dessas três categorias de cor ou raça.

**Tabela 3 - Proporção de unidades domésticas por espécie, segundo o sexo e a cor ou raça do responsável - 2022**

Sexo	Cor ou raça	Espécie de unidade doméstica				Total
		Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta	
Total		18,9	64,1	15,4	1,5	100,0
	Branca	17,6	70,3	10,7	1,4	100,0
	Preta	21,5	63,0	13,8	1,7	100,0
Masculino	Amarela	18,2	68,1	12,1	1,6	100,0
	Parda	19,4	66,0	13,1	1,6	100,0
	Indígena	15,2	62,1	20,7	2,1	100,0
	Total	18,8	67,6	12,1	1,5	100,0
		Branca	23,4	59,0	16,0	1,6
Feminino	Preta	16,4	59,8	22,3	1,6	100,0
	Amarela	26,5	55,5	16,3	1,7	100,0
	Parda	15,7	62,4	20,4	1,5	100,0
	Indígena	11,3	59,8	26,9	2,0	100,0
	Total	19,1	60,6	18,8	1,6	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Já a distribuição das espécies de unidade doméstica por grupo de idade do responsável mostra uma relação importante com o ciclo de vida das pessoas (Tabela 4). De modo geral, em todos os grupos etários predominam unidades domésticas nucleares (64,1%). Responsáveis de até 17 anos (70,0%) e de 25 a 39 anos (75,8%) estão proporcionalmente mais concentrados nesse tipo de unidade doméstica, possivelmente por estarem dando início à formação de suas próprias famílias por meio da união entre cônjuges e/ou se inserindo na maternidade e paternidade. Já as pessoas idosas (60 anos mais) responsáveis estão em concentração maior nas unidades domésticas unipessoais (28,7%), revelando o processo de saída dos filhos de casa e o divórcio ou a viuvez. Nas unidades domésticas estendidas nota-se uma maior proporção também para responsáveis de 60 anos ou mais (21,7%), podendo estar relacionado a pessoas idosas que vivem com filhos e netos. Assim, a análise do ciclo de vida é importante para entender as nuances desses resultados.

**Tabela 4 - Proporção de unidades domésticas por espécie, segundo o grupo de idade do responsável – 2022**

Grupo de idade	Espécie de unidade doméstica				Total
	Unipessoal	Nuclear	Estendida	Composta	
Até 17 anos	7,6	70,0	20,0	2,5	100,0
18 a 24 anos	17,2	64,8	14,2	3,8	100,0
25 a 39 anos	13,4	75,8	9,2	1,6	100,0
40 a 59 anos	16,4	67,0	15,4	1,2	100,0
60 anos ou mais	28,7	48,1	21,7	1,5	100,0
<b>Total</b>	<b>18,9</b>	<b>64,1</b>	<b>15,4</b>	<b>1,5</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

A espécie da unidade doméstica guarda forte relação com o número de moradores. A unidade unipessoal, por definição, só tem 1 morador. Já as unidades nucleares são, em sua maioria (72,4%), compostas por 2 ou 3 moradores, chegando a mais de 90% quando consideramos unidades com 4 moradores. Para as unidades domésticas estendidas, grande parte tem acima de 3 moradores com um percentual maior de 6 moradores ou mais (16,5%). As unidades compostas guardam uma peculiaridade: há percentuais maiores de unidades com 2 moradores (31,7%) em comparação com as estendidas (Tabela 5).

**Tabela 5 - Proporção de unidades domésticas por número de moradores, segundo a espécie - 2022**

Espécie	Número de moradores na unidade doméstica						Total
	1	2	3	4	5	6 ou mais	
Unipessoal	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Nuclear	0,0	40,7	31,7	19,9	5,8	1,9	100,0
Estendida	0,0	13,9	26,0	25,4	18,1	16,5	100,0
Composta	0,0	31,7	24,6	17,6	12,0	14,1	100,0
<b>Total</b>	<b>18,9</b>	<b>28,7</b>	<b>24,7</b>	<b>16,9</b>	<b>6,7</b>	<b>4,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

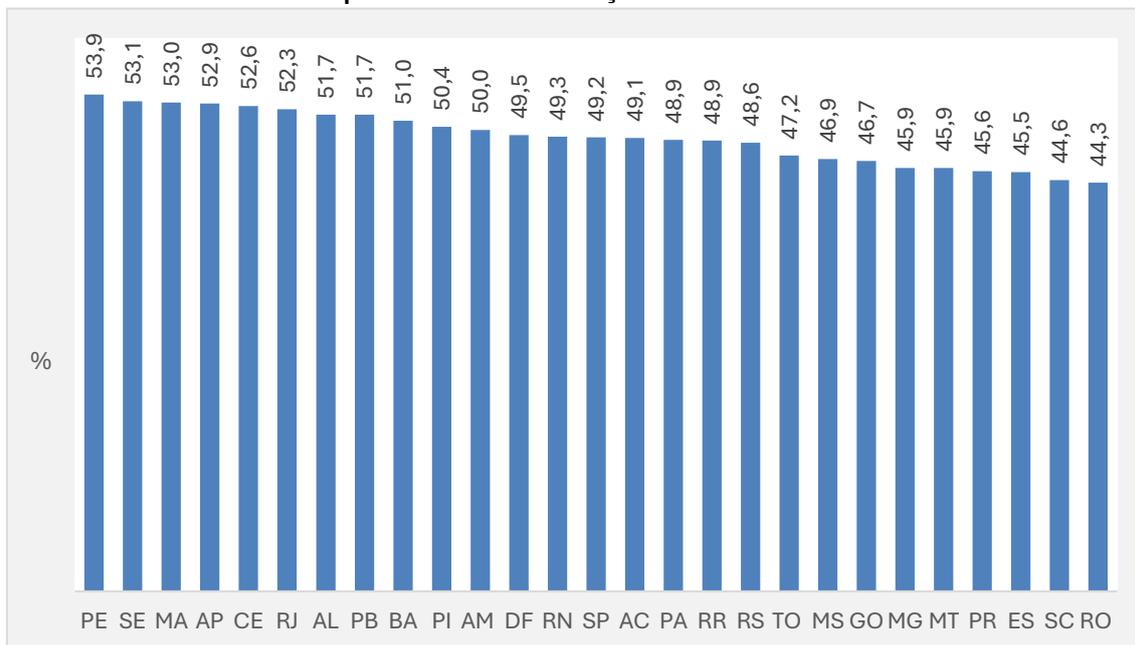
## Resultados por Unidades da Federação

Os resultados referentes às unidades domésticas por Unidades da Federação (UF) revelam a diversidade das regiões do país. Considerando algumas das características apresentadas na seção anterior, é possível destacar alguns aspectos da composição domiciliar para esse recorte regional.

Há 10 estados nos quais o percentual de mulheres responsáveis pela unidade domiciliar é maior que 50%, ou seja, nessas UFs (Pernambuco (53,9%), Sergipe (53,1%), Maranhão (53,0%), Amapá (52,9%), Ceará (52,6%), Rio de Janeiro (52,3%), Alagoas e Paraíba (51,7%), Bahia (51,0%) e Piauí (50,4%)) as mulheres estão majoritariamente na condição de pessoa

responsável. Dessas 10 UFs, excetuando-se o Rio de Janeiro, todas as demais estão localizadas nas Grandes Regiões Nordeste e Norte (Gráfico 9).

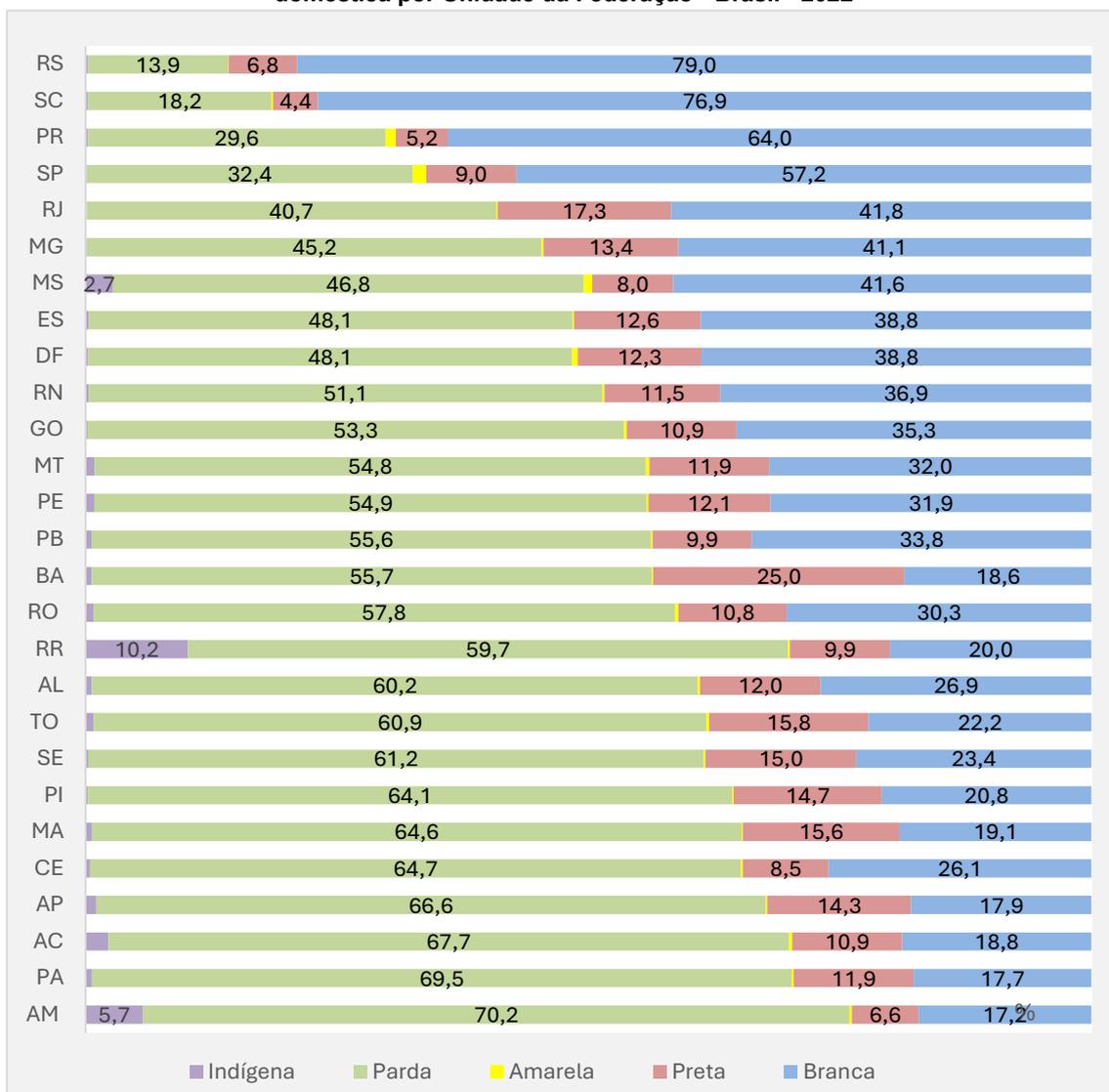
**Gráfico 9 - Proporção de unidades domésticas com pessoa responsável do sexo feminino por Unidade da Federação - Brasil - 2022**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Considerando a cor ou raça da pessoa responsável pelas unidades domésticas, tem-se o maior percentual de pardos (maioria na população total) no Amazonas, com 70,2%, seguido do Pará (69,5%) e Acre (67,7%). Das 27 UFs, as 15 primeiras com a maior proporção de pardos estão localizadas no Norte e no Nordeste do país. Em contraponto, há somente 4 estados que detêm uma população de responsáveis pelo domicílio majoritariamente branca: Rio Grande do Sul (79,0%), Santa Catarina (76,9%), Paraná (64,0%) e São Paulo (57,2%). Destaca-se a Bahia, com o maior percentual de responsáveis pretos (25,0%), e Roraima (10,2%) e Amazonas (5,7%) com os maiores percentuais de indígena como pessoa responsável (Gráfico 10).

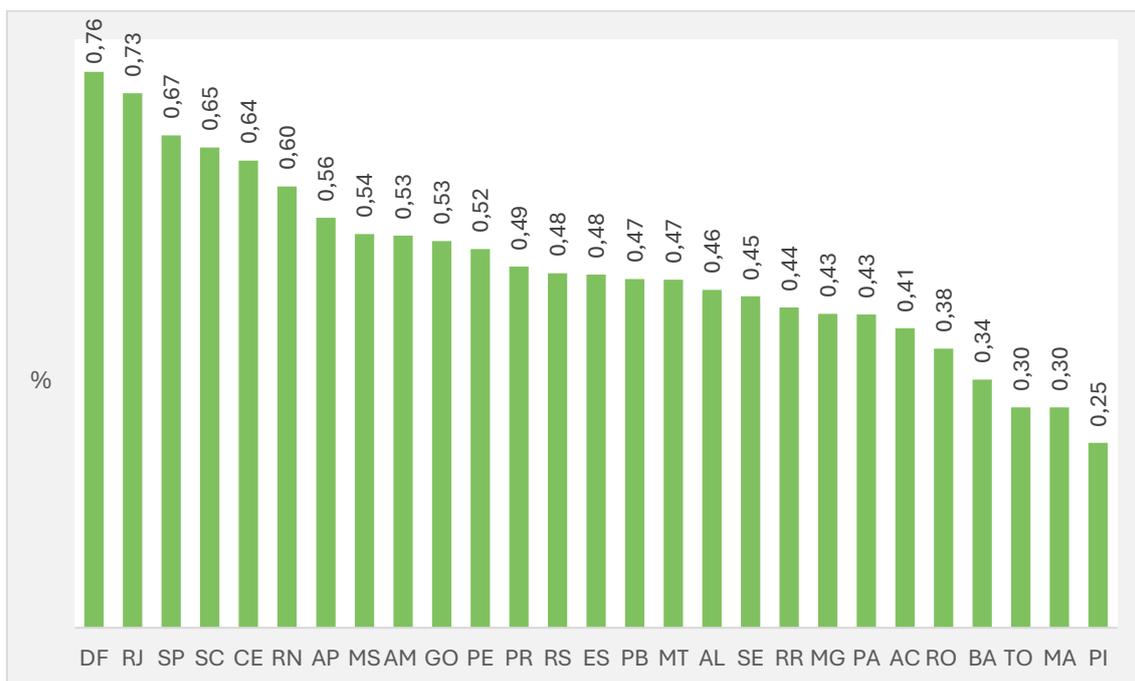
**Gráfico 10 - Distribuição percentual da cor ou raça da pessoa responsável pela unidade doméstica por Unidade da Federação - Brasil - 2022**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Os percentuais de cônjuge do mesmo sexo, embora pequenos, mostram uma grande variação entre as UFs, onde a maior proporção é encontrada no Distrito Federal (0,76%) e a menor no PI (0,25%). Junto com o Distrito Federal, as maiores proporções de unidades domésticas cuja pessoa responsável está em uma união homoafetiva são encontradas também nos estados do Rio de Janeiro (0,73%) e São Paulo (0,67%). Já Maranhão (0,30%) e Tocantins (0,30%) seguem o Piauí entre as UFs com as menores proporções de cônjuge do mesmo sexo (Gráfico 11).

**Gráfico 11 - Proporção de unidades domésticas com pessoa responsável e cônjuge do mesmo sexo por Unidade da Federação - Brasil - 2022**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

Considerando as maiores proporções de unidades domésticas unipessoais, nota-se também uma grande diferença entre as UFs. Rio de Janeiro (23,4%), Rio Grande do Sul (22,3%) e Espírito Santo (20,6%) estão nos primeiros lugares – Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul também lideram o ranking de estados mais envelhecidos, ao passo que Amapá (12,0%), Amazonas (13,0%) e Pará (13,5%) têm as menores proporções e estão entre os estados mais jovens do país (Gráfico 12). Esse resultado mostra uma relação importante entre unidades domiciliares unipessoais e o processo de envelhecimento populacional já em curso no país.

**Gráfico 12 - Proporção de unidades domésticas unipessoais por Unidade da Federação - Brasil - 2022**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

## Óbitos informados

A análise dos óbitos será feita, primeiramente, considerando o período de 12 meses que antecedem a data de referência do Censo Demográfico 2022. Posteriormente uma breve análise será feita com os demais períodos de captação dos óbitos.

## Resultados por Brasil e Grandes Regiões

Entre agosto de 2021 a julho de 2022, doze meses antes da data de referência do Censo Demográfico 2022, foram contabilizados no Brasil, um total de 1.326.138 óbitos, sendo 722.225 óbitos (54,5%) para o sexo masculino e 603.913 (45,5%) para o feminino (Tabela 6). As idades em que os óbitos masculinos mais sobressaem aos femininos são de 15 a 34 anos. Nessas idades a causa principal dos óbitos são as causas externas, mais conhecidas como violentas (exemplo: homicídios, suicídios, acidentes de trânsito, entre outras). A maior participação de óbitos masculinos, calculado pela razão de sexo dos óbitos (óbitos de homens dividido pelos de mulheres), encontra-se no grupo de 20 a 24 anos, indicando, aproximadamente 371 óbitos masculinos para cada 100 femininos, e resultando numa sobremortalidade masculina aproximadamente 3,7 vezes maior que a feminina.

**Tabela 6 - Óbitos por sexo e grupos de idade, participação relativa, razão de sexo e sobremortalidade masculina segundo os grupos de idade das pessoas ao falecerem - Brasil - 2022**

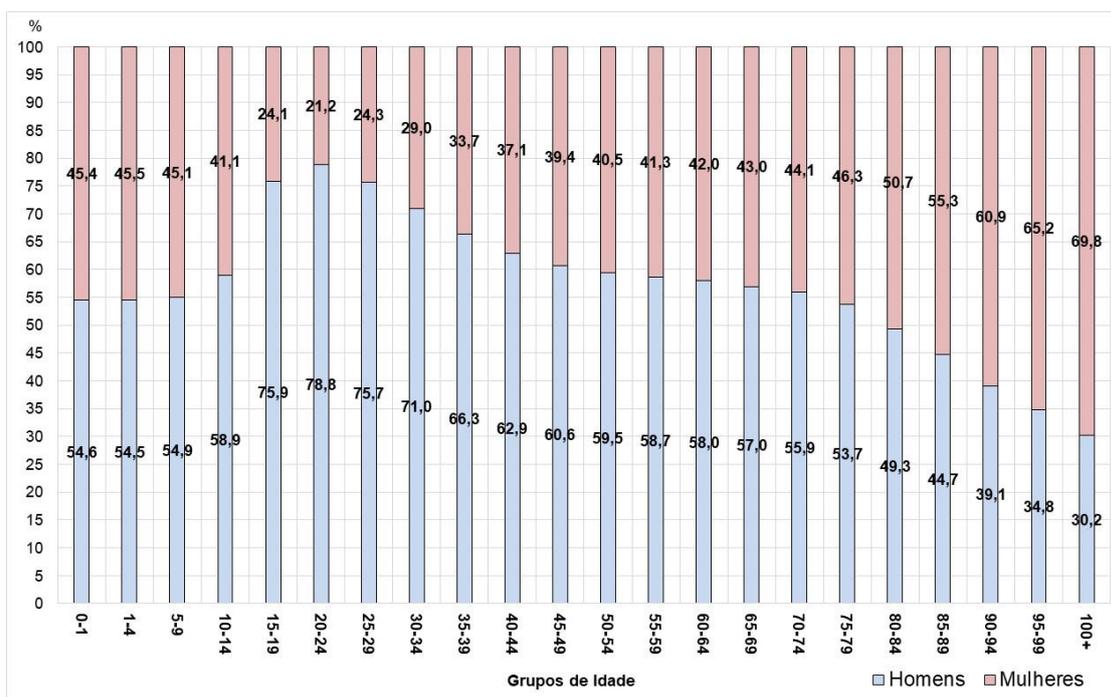
Grupos de Idade	Óbitos <sup>(1)</sup>			Participação Relativa (%)		Razão de Sexo dos óbitos	Sobremortalidade Masculina
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Total	1.326.138	722.225	603.913	54,5	45,5	119,6	1,20
< de 1 ano	22.977	12.540	10.437	54,6	45,4	120,1	1,20
1 a 4 anos	10.962	5.973	4.989	54,5	45,5	119,7	1,20
5 a 9 anos	3.770	2.071	1.699	54,9	45,1	121,9	1,22
10 a 14 anos	4.479	2.639	1.840	58,9	41,1	143,4	1,43
15 a 19 anos	15.563	11.805	3.758	75,9	24,1	314,1	3,14
20 a 24 anos	26.058	20.522	5.536	78,8	21,2	370,7	3,71
25 a 29 anos	24.769	18.751	6.018	75,7	24,3	311,6	3,12
30 a 34 anos	26.096	18.522	7.574	71,0	29,0	244,5	2,45
35 a 39 anos	31.893	21.142	10.751	66,3	33,7	196,7	1,97
40 a 44 anos	41.122	25.867	15.255	62,9	37,1	169,6	1,70
45 a 49 anos	47.199	28.607	18.592	60,6	39,4	153,9	1,54
50 a 54 anos	64.302	38.232	26.070	59,5	40,5	146,7	1,47
55 a 59 anos	80.969	47.523	33.446	58,7	41,3	142,1	1,42
60 a 64 anos	108.105	62.708	45.397	58,0	42,0	138,1	1,38
65 a 69 anos	123.479	70.347	53.132	57,0	43,0	132,4	1,32
70 a 74 anos	140.671	78.618	62.053	55,9	44,1	126,7	1,27
75 a 79 anos	140.448	75.364	65.084	53,7	46,3	115,8	1,16
80 a 84 anos	147.721	72.888	74.833	49,3	50,7	97,4	0,97
85 a 89 anos	126.017	56.363	69.654	44,7	55,3	80,9	0,81
90 a 94 anos	86.946	34.017	52.929	39,1	60,9	64,3	0,64
95 a 99 anos	39.857	13.880	25.977	34,8	65,2	53,4	0,53
100 + anos	12.735	3.846	8.889	30,2	69,8	43,3	0,43

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

(1) Excluídos os óbitos sem declaração da idade das pessoas ao falecerem

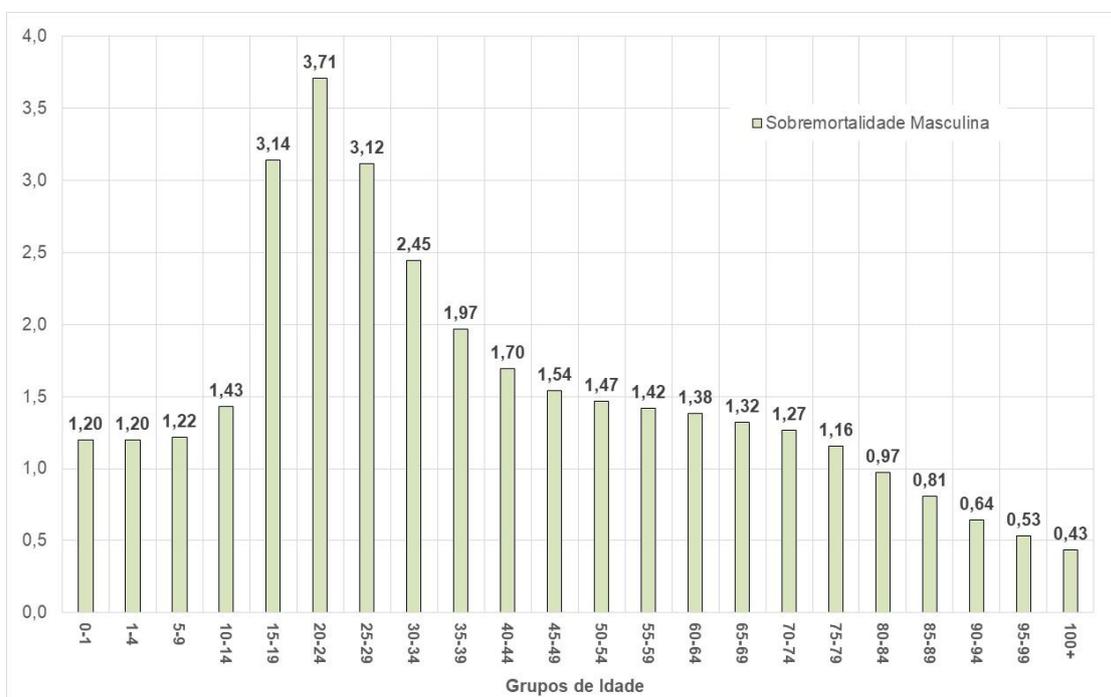
A sobremortalidade masculina só é revertida nos grupos de idade mais avançados, a partir dos 80 anos, onde a participação de óbitos femininos supera os masculinos. Isso ocorre porque as taxas centrais de mortalidade (razão entre óbitos e população, para cada idade) são diferenciais por sexo, sendo a mortalidade masculina superior à feminina ao longo de toda a vida, principalmente nas idades mais avançadas, resultando em um contingente de mulheres maior nas idades mais avançadas em relação à população de homens, gerando, conseqüentemente, um maior quantitativo de óbitos entre as mulheres.

**Gráfico 13 - Participação relativa do número de óbitos por sexo no total de óbitos da população, segundo os grupos de idades ao falecerem - Brasil - 2022**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022.

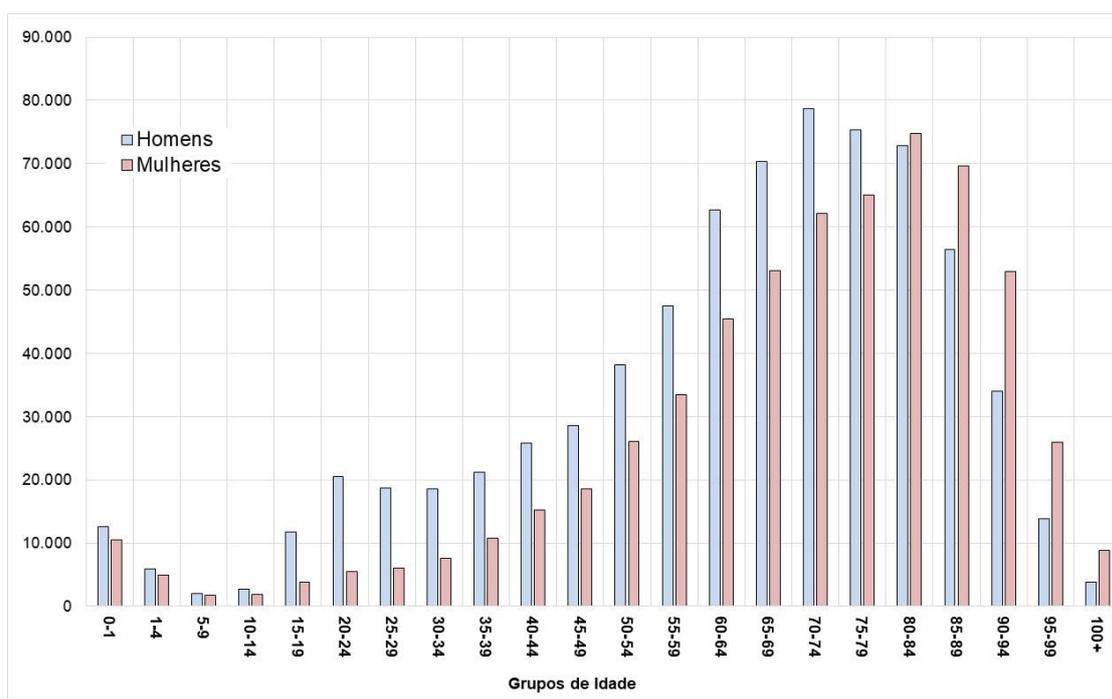
**Gráfico 14 - Sobremortalidade masculina, segundo os grupos de idade das pessoas ao falecerem - Brasil - 2022**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

O comportamento da distribuição de óbitos por sexo e grupos de idade, apresenta um volume de óbitos decrescente a partir do grupo de crianças menores de 1 ano até o grupo de 5 a 9 anos de idade, em função do maior risco de morte das crianças no primeiro ano de vida. A partir deste último grupo de idade o número de óbitos inicia uma trajetória crescente até o grupo de 70 a 74 anos para os homens e de 80 a 84 anos para as mulheres, para então começar a declinar, em função de um menor número de pessoas chegando nestas idades mais avançadas (Gráfico 15). E a partir dos 80 anos o quantitativo de óbitos femininos supera os masculinos.

**Gráfico 15 - Volume de óbitos por sexo, segundo os grupos de idade das pessoas ao falecerem - Brasil - 2022**

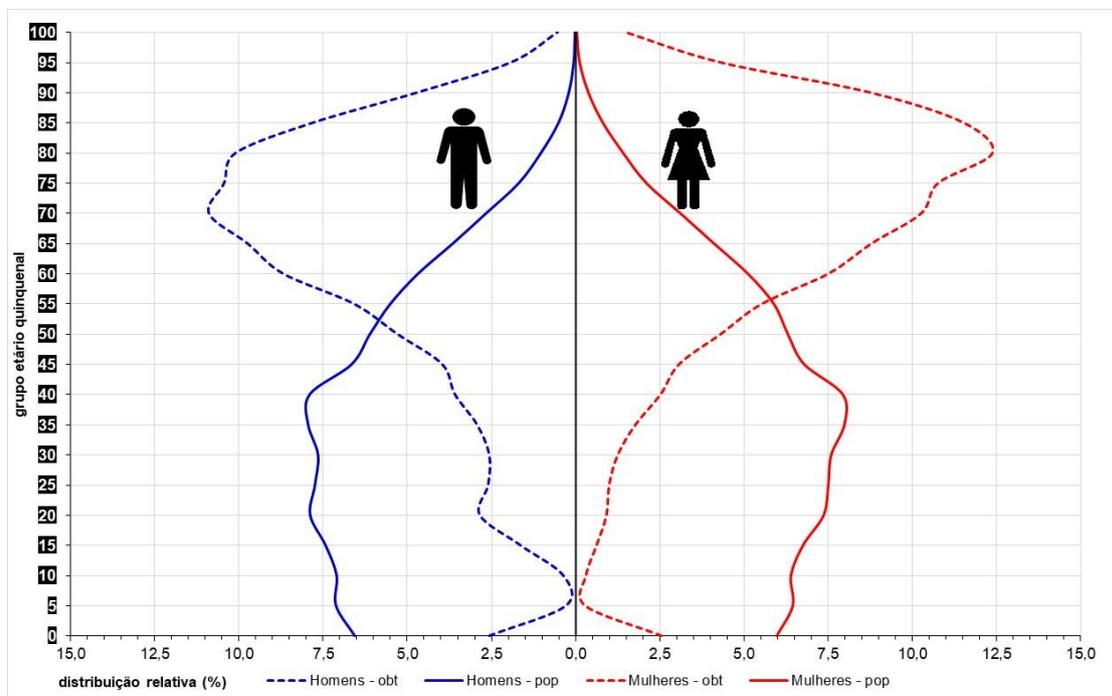


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

A visualização da pirâmide etária da população e dos óbitos no Brasil, com base no resultado do Censo Demográfico de 2022 (Gráfico 16), apresenta uma base da pirâmide etária populacional que vem se estreitando censo após censo em função da diminuição do número de nascimentos. Por exemplo, no Censo de 1991, o grupo de crianças de 0 a 4 anos representava 11,3% da população total, sendo 5,7% do sexo masculino e 5,5% do sexo feminino. Em 2022, estes mesmos percentuais foram de 6,3% para o total, indicando redução da população entre 0-4 anos de idade, sendo 3,2% e 3,1% em relação a meninos e meninas, respectivamente. A população de 80 anos e mais em 1991 representava 0,8% da população total, sendo para homens e mulheres 0,3% e 0,5%, respectivamente. Em 2022, estes mesmos percentuais foram de 2,3% para a população total, e de 0,9% e 1,4% para homens e mulheres, respectivamente, evidenciando o envelhecimento da população brasileira. Além disso, pode-se observar que o contingente de mulheres neste grupo etário é bem superior ao dos homens.

A participação relativa dos óbitos menores de 5 anos em 2022 representou 2,6% (33.939) do total de óbitos (1.326.138). Já para a população acima de 80 anos, estes óbitos representaram 31,2% (413.276) do total, sendo que, deste total, 43,8% foram de óbitos masculinos e 56,2% (Gráfico 16).

**Gráfico 16 - Distribuição relativa (%) por sexo e grupos de idade da população e dos óbitos - BR - 2022**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

As maiores participações na estrutura relativa da pirâmide etária de óbitos da população masculina no intervalo de 15 a 34 anos, em relação à feminina, como já foi mencionado, refletem a maior mortalidade masculina no grupo de adultos jovens em função dos óbitos por causas externas ou violentas, que incidem com maior intensidade nos homens.

Em relação às Grandes Regiões, o maior volume de óbitos ocorridos e informados ao Censo Demográfico encontra-se na Região Sudeste (577.582 óbitos ou 43,6% do total), seguida da Região Nordeste (358.042 óbitos ou 27,0% do total) e Região Sul (203.814 óbitos ou 15,4% do total), Centro-Oeste (94.371 óbitos ou 7,1% do total) e Norte (92.288 óbitos ou 7,0% do total). Esses percentuais são condizentes com os percentuais de concentração da população segundo as Grandes Regiões brasileiras (Tabela 7).

**Tabela 7 - Distribuição dos óbitos e da população brasileira e razões de sexo, segundo sexo as Grandes Regiões – 2022**

Localidade	Óbitos			Razão de Sexo
	Total	Homens	Mulheres	
Brasil	1.326.138	722.225	603.913	119,6
Norte	92.288	53.599	38.689	138,5
Nordeste	358.078	196.271	161.807	121,3
Sudeste	577.582	307.608	269.974	113,9
Sul	203.819	111.478	92.341	120,7
Centro-Oeste	94.371	53.269	41.102	129,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

Em todas as regiões o quantitativo de óbitos masculinos informados pelos moradores dos domicílios como tendo ocorrido nos últimos 12 meses, em relação à data de referência do Censo, é superior ao feminino. Na Região Norte é onde se encontra a maior razão de sexo dos óbitos, de aproximadamente 138 óbitos de homens para cada grupo de óbitos de 100 mulheres, seguida da Região Centro Oeste (129,6 óbitos de homens para cada 100 óbitos de mulheres). Em ambas as Regiões também se encontram as maiores razões de sexo da população. A menor razão de sexo de óbitos está na Região Sudeste, com 113,9 óbitos masculinos para cada 100 óbitos femininos, e também a menor razão de sexo de população entre as Grandes Regiões (92,9 homens para cada cem mulheres) (Tabela 7).

## Resultados por Unidades da Federação

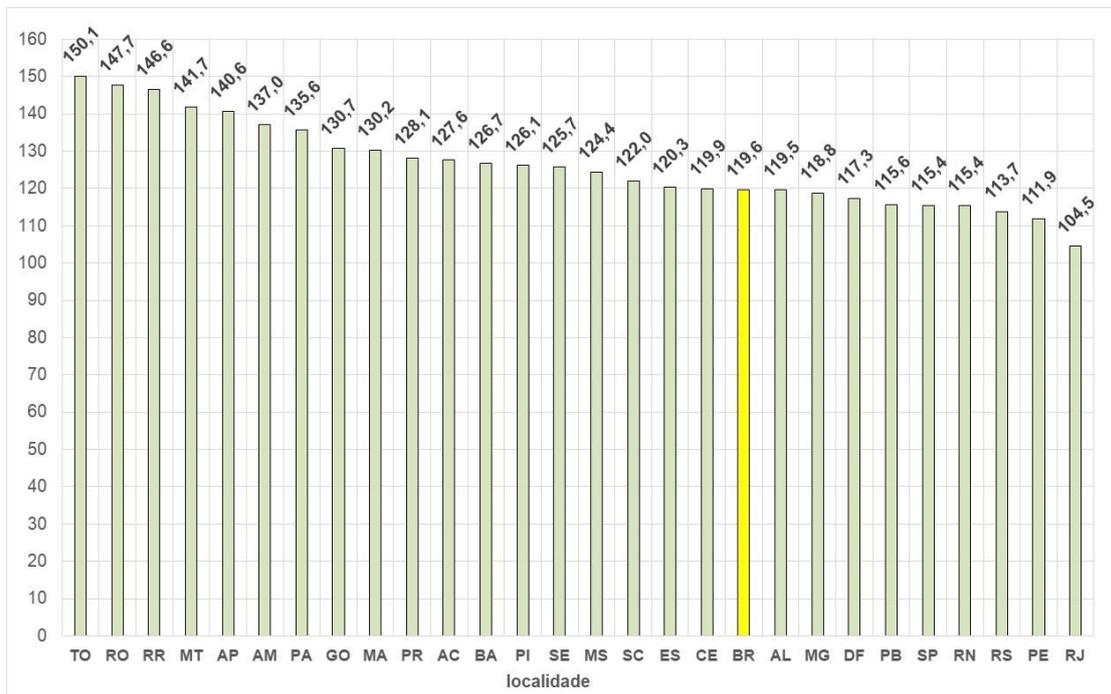
Considerando os Estados e o Distrito Federal, a maior razão de sexo dos óbitos e, consequentemente a maior sobremortalidade masculina, se encontra no estado do Tocantins, com 150 óbitos masculinos para 100 óbitos femininos (resultando em uma sobremortalidade masculina de 1,50 vezes mais chances de o óbito ser de um homem do que ser de uma mulher). Na sequência temos os Estados do Rondônia (1,48), Roraima (1,47), Mato Grosso (1,42), Amapá (1,41), Amazonas (1,37) e Pará (1,36), todos acima da média nacional de 1,20 vezes a chance de o óbito ser masculino. A menor sobremortalidade masculina foi encontrada no Rio de Janeiro, 1,05 vezes (Tabela 8 e Gráfico 17)

**Tabela 8 - Distribuição por sexo dos óbitos e da população brasileira e razões de sexo, segundo as Unidades da Federação - 2022**

Localidade	Óbitos			Razão de Sexo
	Total	Homens	Mulheres	
Brasil	1.326.138	722.225	603.913	119,59
Rondônia	8.720	5.200	3.520	147,73
Acre	3.871	2.170	1.701	127,57
Amazonas	20.151	11.647	8.504	136,96
Roraima	2.873	1.708	1.165	146,61
Pará	43.844	25.237	18.607	135,63
Amapá	3.967	2.318	1.649	140,57
Tocantins	8.862	5.319	3.543	150,13
Maranhão	41.381	23.405	17.976	130,20
Piauí	22.154	12.356	9.798	126,11
Ceará	55.407	30.216	25.191	119,95
Rio Grande do Norte	21.957	11.765	10.192	115,43
Paraíba	28.123	15.079	13.044	115,60
Pernambuco	61.632	32.547	29.085	111,90
Alagoas	20.333	11.070	9.263	119,51
Sergipe	13.165	7.333	5.832	125,74
Bahia	93.926	52.500	41.426	126,73
Minas Gerais	137.757	74.790	62.967	118,78
Espírito Santo	22.944	12.527	10.417	120,26
Rio de Janeiro	124.227	63.479	60.748	104,50
São Paulo	292.654	156.812	135.842	115,44
Paraná	77.312	43.422	33.890	128,13
Santa Catarina	42.895	23.574	19.321	122,01
Rio Grande do Sul	83.612	44.482	39.130	113,68
Mato Grosso do Sul	17.960	9.956	8.004	124,39
Mato Grosso	19.642	11.517	8.125	141,75
Goiás	43.127	24.431	18.696	130,68
Distrito Federal	13.642	7.365	6.277	117,33

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

**Gráfico 17 - Sobremortalidade masculina da população - Brasil e Unidades da Federação - 2022**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

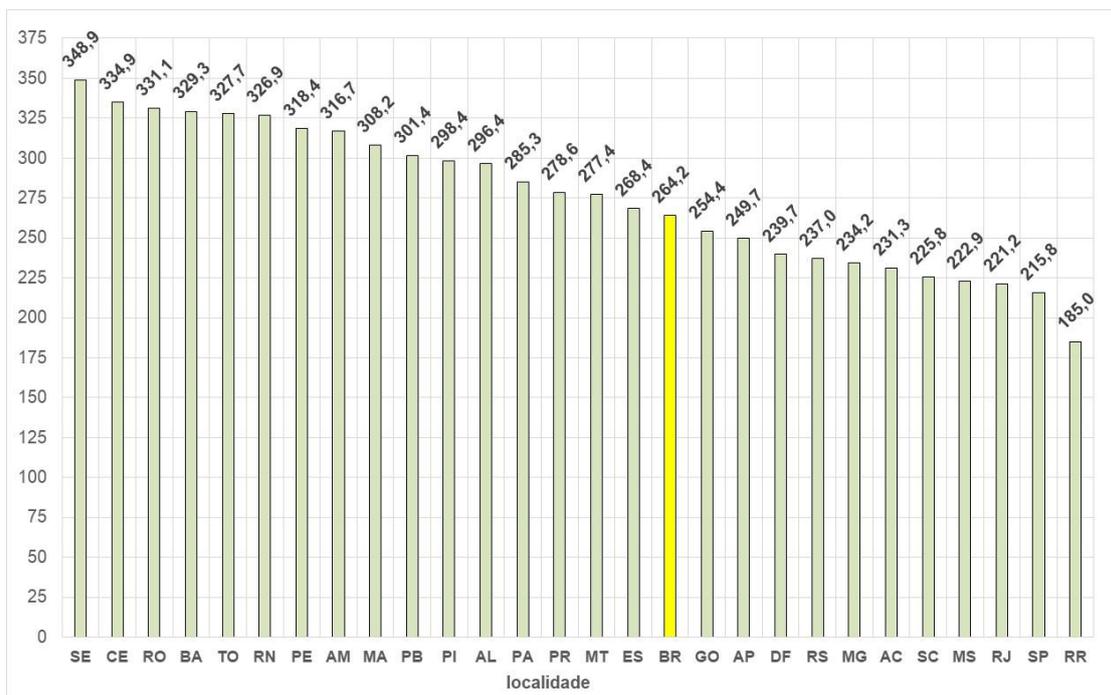
O panorama é diferente quando trabalhamos especificamente com o grupo de 20 a 39 anos de idade, grupo mais sujeito as mortes por causas externas ou violentas, que atingem com maior intensidade a população masculina, provocando mudanças substantivas tanto na magnitude da sobremortalidade quanto na ordenação destes valores por Unidade da Federação. A maior sobremortalidade masculina foi encontrada no estado de Sergipe, onde um homem de 20 a 39 anos tem 3,49 vezes mais chance de falecer do que uma mulher, seguido do Ceará (3,35 vezes), Rondônia (3,31 vezes), Bahia (3,29 vezes) e Tocantins (3,28 vezes). Já as menores sobremortalidades masculinas ocorreram nos estados de Roraima (1,85 vezes), São Paulo (2,16 vezes) e Rio de Janeiro (2,21 vezes).

**Tabela 9 - Distribuição por sexo e razões de sexo dos óbitos, segundo as Unidades da Federação e grupo etário de 20-39 anos - 2022**

Localidade	Óbitos			Razão de Sexo
	Total	Homens	Mulheres	
Brasil	108.816	78.937	29.879	264,19
Rondônia	914	702	212	331,13
Acre	424	296	128	231,25
Amazonas	2.750	2.090	660	316,67
Roraima	456	296	160	185,00
Pará	5.598	4.145	1.453	285,27
Amapá	668	477	191	249,74
Tocantins	1.065	816	249	327,71
Maranhão	5.037	3.803	1.234	308,18
Piauí	2.299	1.722	577	298,44
Ceará	5.371	4.136	1.235	334,90
Rio Grande do Norte	2.002	1.533	469	326,87
Paraíba	2.256	1.694	562	301,42
Pernambuco	5.519	4.200	1.319	318,42
Alagoas	2.089	1.562	527	296,39
Sergipe	1.477	1.148	329	348,94
Bahia	10.299	7.900	2.399	329,30
Minas Gerais	9.379	6.573	2.806	234,25
Espírito Santo	1.816	1.323	493	268,36
Rio de Janeiro	9.284	6.394	2.890	221,25
São Paulo	17.930	12.252	5.678	215,78
Paraná	5.831	4.291	1.540	278,64
Santa Catarina	2.707	1.876	831	225,75
Rio Grande do Sul	4.738	3.332	1.406	236,98
Mato Grosso do Sul	1.508	1.041	467	222,91
Mato Grosso	2.170	1.595	575	277,39
Goiás	4.108	2.949	1.159	254,44
Distrito Federal	1.121	791	330	239,70

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

**Gráfico 18 - Sobremortalidade masculina no grupo de 20 a 39 anos da população - Brasil e Unidades da Federação - 2022**



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

A intensidade com que ocorrem os óbitos de menores de 1 ano não se dá de forma uniforme entre as Unidades da Federação. De um modo geral, regiões com menor desenvolvimento socioeconômico tendem a ter um contingente de nascimentos maior, devido à maior fecundidade, mas, em contrapartida, possuem uma maior mortalidade das crianças menores de 1 ano, o que faz com que o número de óbitos deste contingente populacional seja relativamente maior nestes locais.

**Tabela 10 - Total de Óbitos, de menores de 1 ano e acima de 70 anos, segundo as Unidades da Federação - 2022**

Localidade	Óbitos		
	Total	Menores de 1 ano	Acima de 70 anos
Brasil	1.326.138	22.977	694.395
Rondônia	8.720	216	4.061
Acre	3.871	134	1.710
Amazonas	20.151	829	8.449
Roraima	2.873	92	1.076
Pará	43.844	1.476	19.801
Amapá	3.967	183	1.472
Tocantins	8.862	205	4.263
Maranhão	41.381	1.214	19.966
Piauí	22.154	462	11.907
Ceará	55.407	885	30.553
Rio Grande do Norte	21.957	336	12.063
Paraíba	28.123	489	15.776
Pernambuco	61.632	1.079	32.008
Alagoas	20.333	443	9.556
Sergipe	13.165	325	6.385
Bahia	93.926	1.896	47.401
Minas Gerais	137.757	2.106	74.221
Espírito Santo	22.944	403	11.921
Rio de Janeiro	124.227	1.604	65.360
São Paulo	292.654	3.850	159.375
Paraná	77.312	1.138	41.141
Santa Catarina	42.895	707	22.827
Rio Grande do Sul	83.612	915	47.718
Mato Grosso do Sul	17.960	386	8.925
Mato Grosso	19.642	541	8.618
Goiás	43.127	839	20.866
Distrito Federal	13.642	224	6.976

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

## Óbitos declarados no Censo Demográfico e óbitos registrados no SIM

Com o objetivo de avaliar a consistência das informações de óbitos oriundas do Censo Demográfico 2022, eles foram comparados com os dados do Ministério da Saúde, do Sistema de Informações sobre a Mortalidade (SIM), de forma a se analisar o nível e o padrão dos óbitos contabilizados na operação censitária.

Em que pese o fato de que ainda persiste um pequeno sub-registro nos dados de óbitos do SIM em perspectiva nacional, nos anos de 2020, 2021 e 2022 (IBGE, 2019, 2022, 2022b, 2024 e 2024b) os dados obtidos do SIM serão utilizados aqui para indicar a cobertura dos óbitos informados no Censo Demográfico 2022, de forma a cobrir o período de 40 meses prévios à data de referência do Censo.

Foram analisados três períodos distintos da coleta censitária:

- 1) De 08/2021 até 07/2022 (Gráfico 19 e Gráfico 20);
- 2) De 08/2020 até 07/2021 (Gráfico 21 e Gráfico 22); e
- 3) De 08/2019 até 07/2020 (Gráfico 23 e 24)

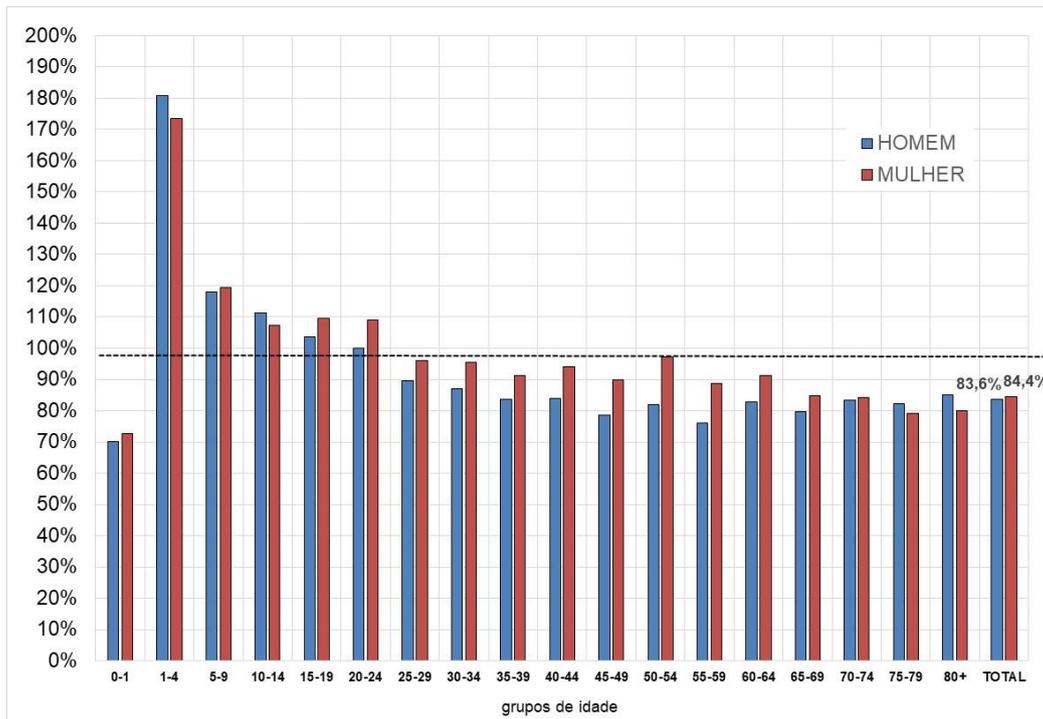
Em linhas gerais observou-se, como já era esperado, menor nível (ou menor quantidade) de óbitos contabilizada no CD2022 vis a vis às informações do SIM, com exceções, para os grupos etários de 1-4, 5-9 e até 10-14 anos, para algumas Unidades da Federação e sexo. O menor número de óbitos declarados, em relação aos óbitos registrados se origina nos possíveis erros de memória dos respondentes e ao fato de que não é possível captar óbitos ocorridos em domicílios unipessoais, que desaparecem após a morte de seu único morador. Por outro lado, é possível que após a ocorrência do óbito, o domicílio seja desmembrado e que o mesmo óbito seja declarado mais de uma vez. Ao final, no entanto, o que se observa é um subdeclaração dos óbitos no Censo Demográfico.

Considerando os períodos analisados, a cobertura dos óbitos declarados no Censo foi maior no primeiro período (período mais recente em relação à data de referência do Censo, em 31/07/2022), reduzindo bastante para o segundo período e aumentando um pouco para o terceiro período. Essa situação de redução do nível dos óbitos do primeiro período, em relação aos demais, pode estar relacionado com o aumento progressivo do erro de memória do informante, na tentativa de retratar os óbitos ocorridos no domicílio, para os períodos mais pretéritos.

Com relação ao padrão da curva de óbitos por idade, ou seja, a distribuição relativa dos óbitos por idade, contabilizados tanto no CD2022 quanto no SIM, observou-se consistência entre os resultados das fontes utilizadas, para todos os períodos de análise e para todas as Unidades da Federação, independentemente do sexo escolhido.

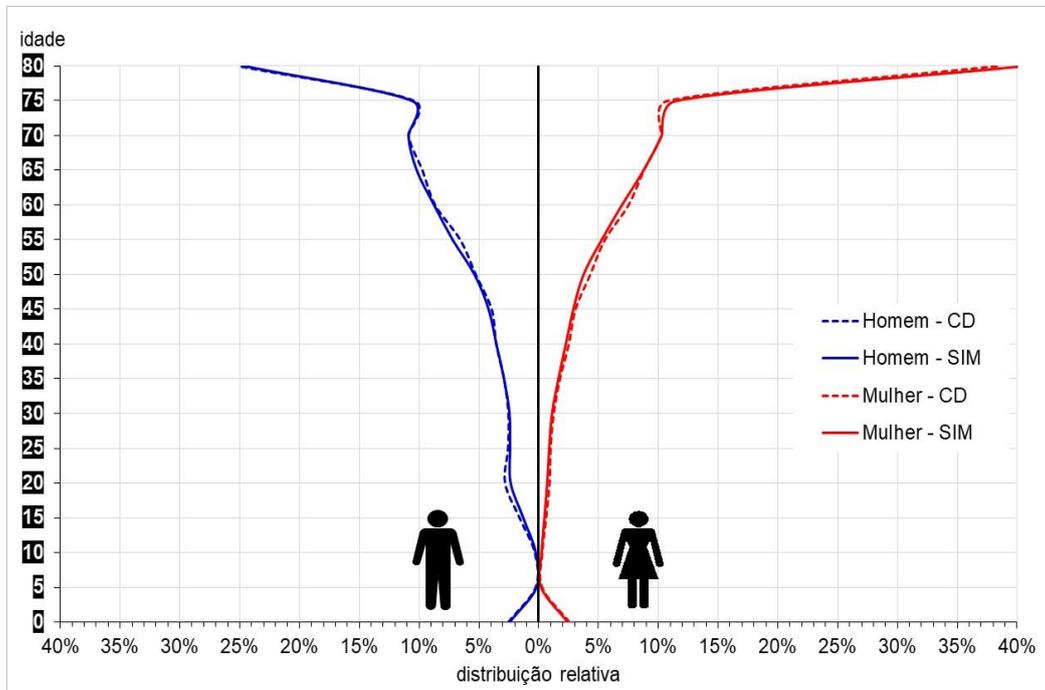
Na sequência apresentamos seis gráficos, dois para cada período de análise, sendo os primeiros referentes ao “nível” dos óbitos (cobertura CD2022 em relação ao SIM) enquanto os segundos referentes ao “padrão” dos óbitos.

**Gráfico 19 - Relação entre óbitos informados no Censo Demográfico 2022 e óbitos registrados no SIM para o período de 01/08/2021 a 31/07/2022, segundo sexo e grupo de idade - Brasil**



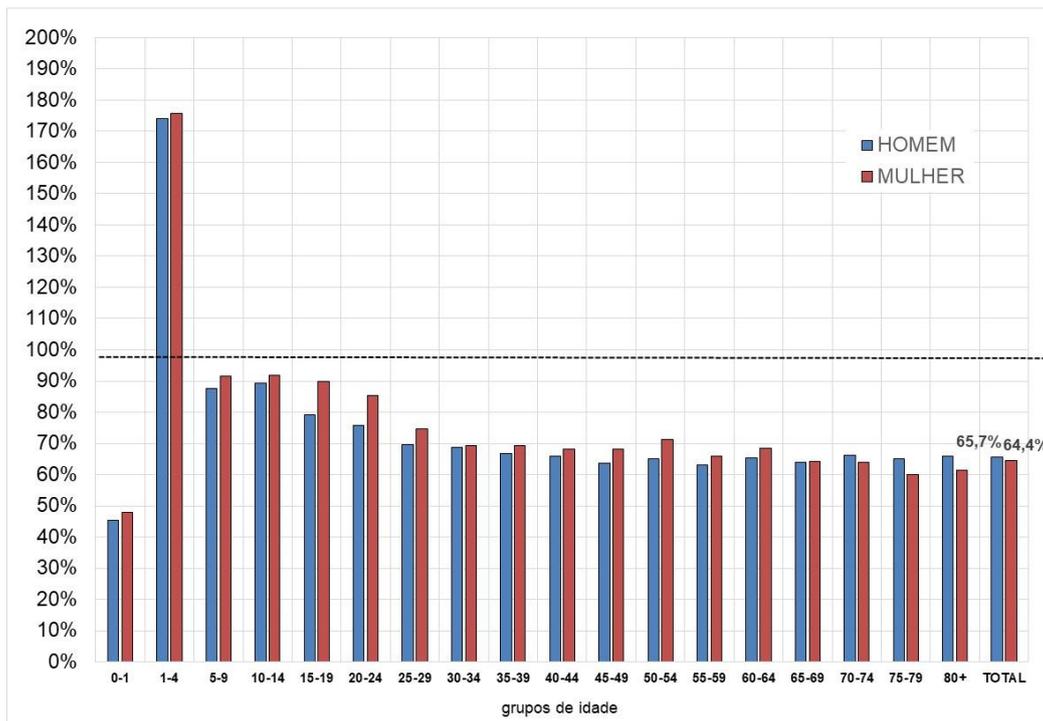
Fonte: IBGE / Censo Demográfico 2022 e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) / Ministério da Saúde

**Gráfico 20 - Distribuição etária dos óbitos informados no Censo Demográfico 2022 e óbitos registrados no SIM para o período de 01/08/2021 a 31/07/2022, segundo sexo - Brasil**



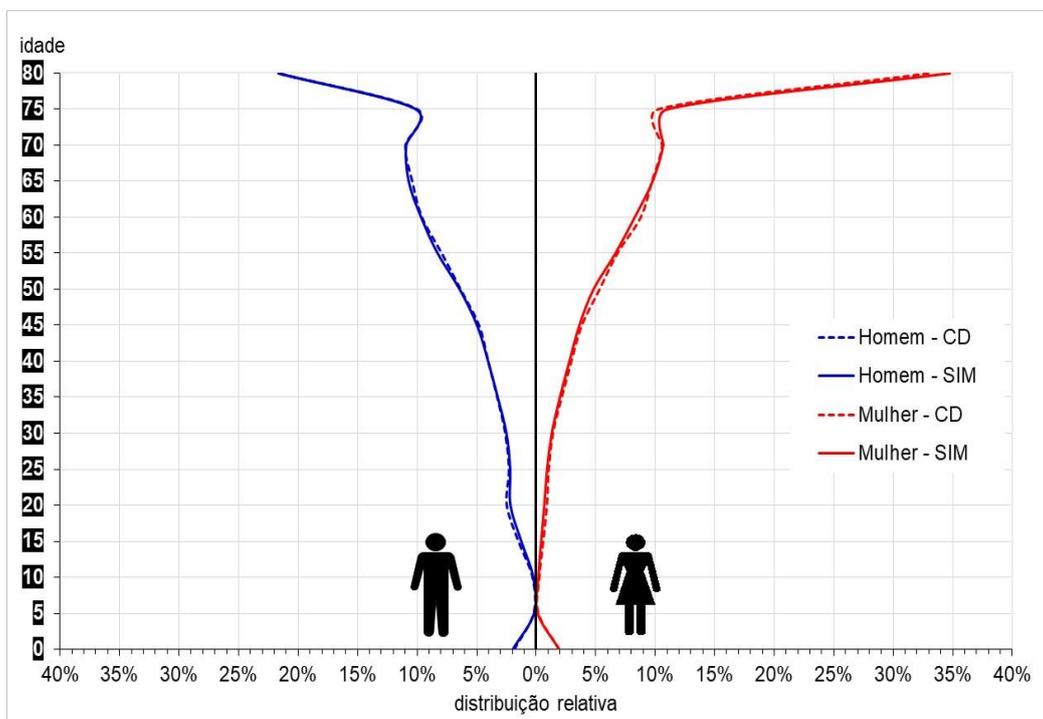
Fonte: IBGE / Censo Demográfico 2022 e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) / Ministério da Saúde

**Gráfico 21 - Relação entre óbitos informados no Censo Demográfico 2022 e óbitos registrados no SIM para o período de 01/08/2020 a 31/07/2021, segundo sexo e grupo de idade - Brasil**



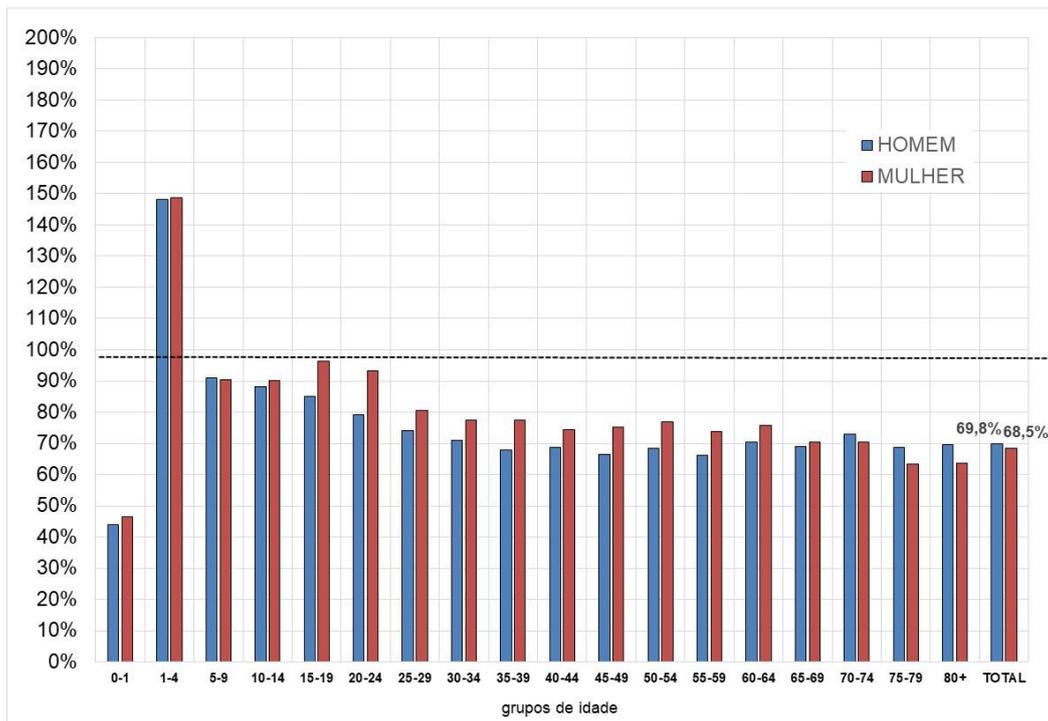
Fonte: IBGE / Censo Demográfico 2022 e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) / Ministério da Saúde

**Gráfico 22 - Distribuição etária dos óbitos informados no Censo Demográfico 2022 e óbitos registrados no SIM para o período de 01/08/2020 a 31/07/2021, segundo sexo - Brasil**



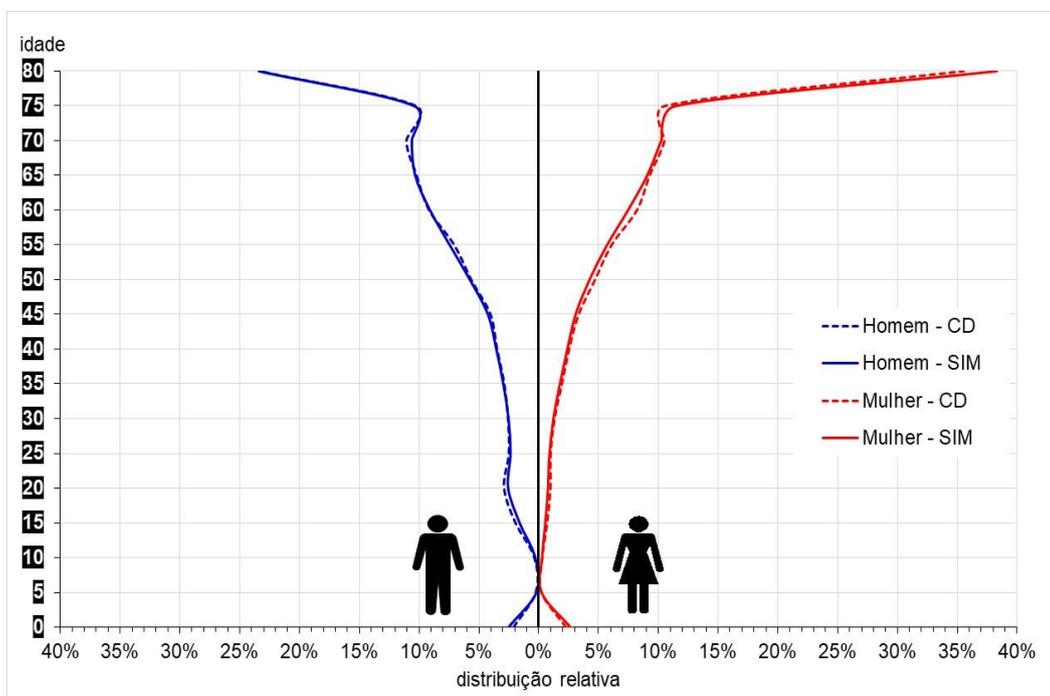
Fonte: IBGE / Censo Demográfico 2022 e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) / Ministério da Saúde

**Gráfico 23 - Relação entre óbitos informados no Censo Demográfico 2022 e óbitos registrados no SIM para o período de 01/08/2019 a 31/07/2020, segundo sexo e grupo de idade - Brasil**



Fonte: IBGE / Censo Demográfico 2022 e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) / Ministério da Saúde

**Gráfico 24 - Distribuição etária dos óbitos informados no Censo Demográfico 2022 e óbitos registrados no SIM para o período de 01/08/2019 a 31/07/2020, segundo sexo - Brasil**



Fonte: IBGE / Censo Demográfico 2022 e Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) / Ministério da Saúde

# Referências

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Projeções da população: notas metodológicas 01/2024: Brasil e unidades da federação: estimativas e projeções: revisão 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102111>. Acesso em: 10 out. 2024.

[Sistema de Estatísticas Vitais]. Estudo Complementar à Aplicação da Técnica de Captura-Recaptura. Rio de Janeiro: IBGE, 2024b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/26176-estimativa-do-sub-registro.html?edicao=39639>. Acesso em: 10 out. 2024.

Estudo complementar à aplicação da técnica de captura-recaptura: estimativas desagregadas dos totais de nascidos vivos e óbitos : 2016-2019: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101927.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

Estudo complementar à aplicação da técnica de Captura-Recaptura: estimativas desagregadas dos totais de nascidos vivos e óbitos 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. 30 p. (Investigações experimentais. Estatísticas experimentais). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101978.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

Pareamento das Estatísticas do Registro Civil e dos Sistemas de Informações sobre Nascidos Vivos e Mortalidade (SINASC e SIM): Aplicação da Técnica de Captura-Recaptura para estimativa dos totais de nascidos vivos e óbitos 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. (Nota metodológica n.01). Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3098/rc\\_sev\\_pe\\_2015\\_2016\\_2017.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3098/rc_sev_pe_2015_2016_2017.pdf). Acesso em 10 out. 2024.

PRINCIPLES and recommendations for population and housing censuses: revision 2. New York: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, 2008. 420 p. (Statistical papers. Series M, n. 67/rev.2). Disponível em: [http://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/docs/P&R\\_Rev2.pdf](http://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/docs/P&R_Rev2.pdf)

# Equipe técnica

## **Diretoria de Pesquisas**

Responsável pelo Projeto Técnico do Censo Demográfico 2022

Gustavo Junger da Silva

Coordenação técnica da publicação

Giulia Fortes Scappini

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Cristiane dos Santos Moutinho

Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica

Izabel Guimarães Marri

Gerência de Projeções e Estimativas

Márcio Mitsuo Minamiguchi

Equipe técnica responsável pela temática de composição dos domicílios

Luciene Aparecida Ferreira de Barros Longo

Equipe técnica responsável pela temática de óbitos informados

Fernando Roberto Pires de Carvalho e Albuquerque

Luciano Gonçalves de Castro e Silva

## **Diretoria de Geociências**

Coordenação de Estruturas Territoriais

Roberto Ferreira Tavares

Coordenação de Geografia

Cayo de Oliveira Franco

Coordenação de Geomática

Raphael March Castaneda Filho

Gerência de Integração da Produção de Geoinformação

Aline Lopes Coelho

Equipe

Cassio Freitas Pereira de Almeida

Esthefani Ribeiro Agapito

Maurício Gonçalves e Silva

Rafael Damiaty Ferreira

Renata Curi de Moura Estevão Nagatomi

## **Colaboradores**

Anderson Almeida Franca (COBAD/DTI/IBGE)

Andrea Gama Santana (CTD/DPE/IBGE)

Bianca dos Santos Loiola (CTD/DPE/IBGE)

Fernando Souza Damasco (CETE/DGC/IBGE)

Filipe Oscar Carneiro Fonseca Leal (CTD/DPE/IBGE)

Glauco Ofranti Trindade (COBAD/DTI/IBGE)

Luiz Felipe Walter Barros (CTD/DPE/IBGE)

Magali Ribeiro Chaves (COBAD/DTI/IBGE)

Marcello Willians Messina Ribeiro (COBAD/DTI/IBGE)  
Marcos Paulo Soares de Freitas (COMAQ/DPE/IBGE)  
Marcos Vieira Petrunaro (GMIC/GAMIC/DTI)  
Marcus Vinicius Morais Fernandes (COMAQ/DPE/IBGE)  
Patricia de Oliveira dos Santos (COBAD/DTI/IBGE)  
Paulo Ricardo Silva Moreira (CTD/DPE/IBGE)  
Pedro Helal Chafir (CTD/DPE/IBGE)  
Raphael Soares Moraes (CTD/DPE/IBGE)  
Vitor Rebelo de Carvalho Britto (CTD/DPE/IBGE)  
Wanderson Suzart da Costa (CTD/DPE/IBGE)